

Relatório de Administração 2023

Natura Cosméticos S.A.

Desempenho 2023

A Natura Cosméticos evoluiu juntamente com Natura &Co, de quem é subsidiária integral, na orientação estratégica dos seus negócios, em direção a um modelo ágil e enxuto. Ao mesmo tempo, estabeleceu compromissos ainda mais ambiciosos na geração de impactos social, econômico e ambiental positivos, reforçando o propósito da construção coletiva de um mundo melhor para viver.

A revisão estratégica iniciada em 2022 resultou no alcance de marcos importantes em 2023, com a conclusão das vendas da Aesop e da The Body Shop. Com isso, foi reconfigurado o grupo Natura &Co, que passou a focar suas atividades em suas duas unidades de negócio (i) Natura &Co América Latina, da qual a Natura Cosméticos faz parte, responsável pela marca Natura em todo o mundo, pela marca Avon na América Latina, e, como máster franqueado, pelas operações da The Body Shop na região; e (ii) Avon Internacional, cobrindo os demais mercados da marca Avon fora da América Latina.

Natura &Co América Latina evoluiu com uma mudança estrutural retomando as bases do crescimento futuro dos seus negócios. Com a combinação sob um único modelo operacional e comercial das nossas potências em venda direta, Natura e Avon, apresentou-se uma proposta de valor ainda mais robusta e atraente para nossa rede de relações, ao mesmo tempo que enfatizamos na governança das marcas para manter suas identidades individuais e promover a diferenciação dentre elas. Com base nas lições aprendidas, exercitando a disciplina na alocação de recursos e fazendo escolhas estratégicas, as duas marcas estão prontas para explorar as suas potencialidades.

As iniciativas da combinação dos negócios Natura e Avon na América Latina, chamada de "Onda Dois", progrediram com um desempenho resiliente da marca Natura no Brasil e uma tendência de recuperação da Avon a partir dos ajustes operacionais em curso. A melhora nos níveis de serviço no Peru e na Colômbia facilitaram uma integração sem percalços entre Natura e Avon no Chile, realizada no início de 2024.

Em Natura &Co América Latina, a receita líquida apresentou crescimento em moeda constante, graças ao bom desempenho da marca Natura no Brasil, parcialmente afetado pelo desempenho da categoria Casa & Estilo e pelo declínio da Avon em toda a região. A margem bruta expandiu na comparação anual e continuou se valendo dos aumentos nos preços, um mix enriquecido de produtos e esforços de marketing. A margem EBITDA ajustada também apresentou evolução beneficiando-se de uma forte melhora na margem bruta e significativa redução de despesas gerais e administrativas de um ano para o outro, apesar de ter sido parcialmente impactada por um aumento nas despesas de vendas.

Em 2023, a Natura deu um novo passo em sua estratégia empresarial e de sustentabilidade, passando a orientar seus negócios pelo conceito de regeneração, que é o processo de restaurar a vida em indivíduos, comunidades, natureza e nos relacionamentos entre eles. Essa nova diretriz nos seus negócios e na forma de se relacionar, permitirá cultivar relações baseadas no enriquecimento mútuo, reconhecendo os negócios como parte de um sistema maior que nutre o seu próprio bem-estar e o de seu entorno. Nesse contexto, o Compromisso com a Vida passou por evoluções em todas as frentes, aprofundando a atuação do grupo Natura &Co diante dos desafios socioambientais mais urgentes de nosso tempo, principalmente para a América Latina.

Os novos objetivos estão alinhados com o robusto processo de dupla materialidade conduzido em 2022 no qual nossos públicos identificaram o potencial relevante do modelo de negócios de Natura &Co para melhorar a qualidade de vida das 3,8 milhões de consultoras de beleza na América Latina. Com ele, temos a oportunidade de abordar questões como renda e vida dignas e combate à desigualdade e à violência

contra mulheres e meninas. Também foram reconhecidos o importante papel da Natura na liderança do combate à perda de biodiversidade e ao desmatamento na Amazônia, em linha com o trabalho de mais de 20 anos ininterruptos na região, com a estruturação de cadeias sustentáveis de insumos da sociobiodiversidade, pesquisas, produção industrial e geração de renda local.

O Compromisso com a Vida segue estruturado em três pilares, sendo o primeiro, Enfrentar a Crise Climática e Proteger a Biodiversidade, orientado a limitar o aquecimento na Terra a 1,5°C até 2050, em linha com os critérios da Science Based Targets Initiative (SBTI). Estabelecemos metas para emissões líquidas zero (NetZero) até 2030 em instalações próprias (escopo 1); redução de 42% das emissões de gases do efeito estufa de toda a nossa cadeia (escopo 2); ampliação da nossa presença na Amazônia com o aumento do fornecimento de bioingredientes da região dos atuais 42 para 55, a extensão da área de florestas protegidas pelo nosso modelo de negócios de 2 para 4 milhões de hectares e a aquisição de pelo menos 50% dos créditos de carbono em projetos na Amazônia; e a garantia de que 100% das nossas cadeias críticas de fornecimento estejam livres de desmatamento.

No segundo pilar Defender os Direitos Humanos e Sermos Mais Humanos, mantemos a renda digna e a maneira ética de fazer negócios como destaques. Aos nossos colaboradores na América Latina asseguramos a igualdade salarial entre mulheres e homens e mantemos mais de 50% de mulheres em cargos de liderança. Também aprofundamos esse olhar para envidar nossos esforços e atingirmos pelo menos 25% de pessoas negras em posições gerenciais no Brasil até 2025 e 30% até 2030. Em relação às nossas consultoras, a meta é seguir com a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano da Consultora (IDH-CN), alcançando aumento de 10% no índice até 2030 (a última leitura, realizada em 2022 foi de 0,63, em escala que varia de 0 a 1).

Já no pilar Abraçar a Circularidade e a Regeneração, continuamos comprometidos a, até 2030, incorporar pelo menos 50% de material reciclado em nossas embalagens e ter 100% dos materiais reutilizáveis, refiláveis, recicláveis ou compostáveis. A meta de 95% de biodegradabilidade das fórmulas já foi atingida e seguimos, para 2030, com a adoção de 95% de ingredientes renováveis. Em 2023, foi dado um passo importante na agenda de regeneração com compromissos específicos de certificação de ingredientes da Natura nesse conceito, sendo que até 2030 100% do volume de duas de nossas commodities utilizadas deverão vir de práticas regenerativas de produção.

O resultado do impacto de todos os negócios, ações e compromissos é medido desde 2021 pelo Integrated Profit & Loss (IP&L), metodologia que monetiza os impactos das operações da Natura na economia, no meio ambiente e na sociedade na América Latina. Refinamentos nos filtros de análise adotados habilitaram uma avaliação mais acurada, assim em 2023 foi apurado que para cada R\$ 1,00 de receita, a Natura gerou R\$ 2,70 de impacto socioambiental positivo (dados com base em 2022). Esse resultado foi impulsionado pela evolução da renda das consultoras, principalmente no Brasil, pelo pagamento de impostos e pelas cadeias de fornecimento de matérias-primas. Mais conscientes dos efeitos de nossas decisões, poderemos contribuir para uma economia verdadeiramente regenerativa, que reconheça e contabilize o valor da natureza para as pessoas e para os sistemas produtivos, equilibrando lucro e propósito.

Mais informações sobre a Natura e o grupo Natura &Co podem ser encontradas no Relatório de Administração de Natura &Co Holding S.A., publicado em 11 de março de 2024 e disponível em nossa página de Relações com Investidores: <https://ri.naturaeco.com/pt-br/>.

Governança

2023 foi um ano transformador para Natura &Co Holding S.A. e a governança corporativa desempenhou um papel decisivo na tomada de decisões estratégicas e necessárias para habilitar o crescimento futuro dos negócios. A governança corporativa de Natura &Co Holding S.A. mantém o alto padrão de aderência aos princípios propostos pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa. A Natura Cosméticos, subsidiária integral de Natura &Co Holding S.A., continua a ser uma empresa de capital aberto, na categoria B. Conheça mais detalhes sobre nossa governança corporativa no site <https://ri.naturaeco.com/>.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 20 e 29 de dezembro de 2023, foram pagos os montantes referentes a R\$652,5 milhões de juros sobre o capital próprio líquido, com retenção de 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, e dividendos no valor de R\$1.066,1 milhões. Ainda referente ao período de 2023, foram imputados R\$ 81,5 milhões a título de dividendos remanescentes obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, resultando em uma distribuição total de dividendos de R\$ 1.800,1 milhões para Natura &Co Holding S.A..

Composição do Conselho de Administração

Itamar Gaino Filho
João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira
Guilherme Strano Castellan

Diretoria Estatutária da Natura Cosméticos S.A.

João Paulo Brotto Gonçalves Ferreira
Ana Beatriz Macedo da Costa
Agenor Leão
Sílvia Lopes Vilas Boas Magalhães

Responsável Técnico

Felipe C. Rodriguez
CRC RJ-097455/O

natura &co





Demonstrações Contábeis

Natura Cosméticos S.A.



Natura Cosméticos S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
ATIVOS CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	6	119.542	46.721	1.598.054	2.054.667						
Títulos e valores mobiliários	7	1.230.828	1.218.524	1.616.090	1.789.877						
Contas a receber de clientes	8	1.770.344	1.380.493	2.850.169	2.388.091						
Contas a receber - Alienação de controladas	1,2	22.915	-	22.915	-						
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	30	4.249.620	874.386	4.342.678	890.395						
Estoques	9	810.211	426.041	1.839.987	2.396.186						
Impostos a recuperar	10	187.240	126.352	358.707	482.197						
Imposto de renda e contribuição social	5	-	-	72.681	75.312						
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	11	7.307	30.563						
Outros ativos circulantes	5	95.397	74.246	215.977	327.749						
Total dos ativos circulantes		8.486.097	4.146.774	12.924.564	10.435.037						
NÃO CIRCULANTES											
Contas a receber - Alienação de controladas	1,2	806.582	-	806.582	-						
Impostos a recuperar	10	293.160	155.481	1.139.530	503.080						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	348.142	1.211.854	881.584	1.971.354						
Depósitos judiciais	12	383.182	303.233	408.030	335.540						
Instrumentos financeiros derivativos	5	89.453	773.251	89.453	773.251						
Títulos e valores mobiliários	7	36.698	35.235	36.698	35.235						
Outros ativos não circulantes	13	4.049	14.823	6.602	138.592						
		1.961.266	2.493.877	3.368.479	3.757.052						
Investimentos	14	4.865.522	9.993.564	-	-						
Imobilizado	15	477.004	276.320	1.634.911	1.970.453						
Intangível	16	721.208	679.620	921.931	5.814.235						
Direito de uso	17	471.134	523.020	707.481	2.672.023						
Total dos ativos não circulantes		8.496.174	13.966.401	6.632.802	14.213.763						
TOTAL DOS ATIVOS		16.982.271	18.113.175	19.557.366	24.648.800						
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTES											
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	158.692	133.886	158.692	134.105						
Passivo de arrendamento	17	77.487	88.677	134.808	706.437						
Fornecedores	19	1.057.213	766.093	3.437.162	3.220.661						
Fornecedores e empréstimos - partes relacionadas	30	1.102.950	562.848	116.940	114.283						
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		81.795	-	81.795	-						
Salários, participações nos resultados e encargos sociais		344.176	261.431	591.344	680.918						
Obrigações tributárias	20	258.162	213.656	410.134	502.771						
Imposto de renda e contribuição social		756.152	-	862.545	41.419						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	43.012	1.348.290	82.556	1.370.036						
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	3.666						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	302.932	237.717	412.181	621.767						
Outros passivos circulantes		4.182.571	3.612.598	6.288.157	7.396.063						
Total dos passivos circulantes											
NÃO CIRCULANTES											
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	2.353.610	7.488.087	2.353.610	7.488.087						
Passivo de arrendamento	17	323.334	368.695	546.489	2.028.097						
Salários, participações nos resultados e encargos sociais		10.508	4.209	11.839	20.124						
Obrigações tributárias	20	58.188	58.188	59.977	58.188						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	-	39.615	790.337						
Imposto de renda e contribuição social		117.407	79.981	212.103	192.182						
Provisão para perdas com investimentos em controladas	14	-	4.461	-	-						
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	191.274	-	191.274						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	352.871	171.115	408.438	206.309						
Outros passivos não circulantes	22	210.779	142.558	264.135	285.586						
Total dos passivos não circulantes		3.426.697	8.508.568	3.896.206	11.260.184						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital social	23	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000						
Reservas de capital		463.920	406.909	463.920	406.909						
Reservas de lucros		6.753.676	2.264.413	6.753.676	2.264.413						
Ajustes de avaliação patrimonial		155.407	1.320.687	155.407	1.320.687						
Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia		9.373.003	5.992.009	9.373.003	5.992.009						
Participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido das controladas		-	-	-	544						
Total do patrimônio líquido		9.373.003	5.992.009	9.373.003	5.992.553						
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.982.271	18.113.175	19.557.366	24.648.800						

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA					
Custo dos produtos vendidos	24	10.211.698	8.350.636	14.928.231	13.063.619
LUCRO BRUTO		4.043.970	(3.283.464)	(5.037.744)	(4.529.151)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas, marketing e logística	25	(3.109.596)	(2.388.926)	(5.658.082)	(4.735.022)
Despesas administrativas, P&D, TI e projetos	25	(1.664.248)	(1.539.408)	(1.762.584)	(1.741.272)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	8	(303.662)	(129.774)	(428.175)	(237.880)
Resultado de equivalência patrimonial	14	218.336	135.339	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	28	(95.785)	(63.670)	(61.261)	(160.843)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.212.773	1.080.733	1.980.385	1.659.451
Resultado financeiro	27	(1.877.004)	(1.235.945)	(2.113.133)	(1.379.181)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(664.231)	(155.212)	(132.747)	280.270
Imposto de renda e contribuição social	11	818.050	278.929	588.234	60.686
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		153.819	123.717	455.487	340.956
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		6.286.129	-	5.984.461	(217.239)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		6.439.948	123.717.00	6.439.948	123.717
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO POR AÇÃO - R\$					
Básico	29	6.9984	0,1344	6,9984	0,1344
Diluído	29	6,9984	0,1344	6,9984	0,1344

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO					
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do período em períodos subsequentes:					
Ganho (perda) na conversão das informações contábeis de controladas no exterior	14	(2.203.337)	(1.782.349)	(2.203.337)	(1.782.349)
Efeito cambial na conversão de economia hiperinflacionária	14	273.153	269.620	273.153	269.620
Gainho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	5,1	763.197	(798.363)	745.630	(792.291)
Efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	11	(259.486)	271.443	(251.608)	269.681
Equivalência sobre ganho (perda) na operação de hedge de fluxo de caixa	5,1	(17.567)	5.072	-	-
Equivalência sobre os efeitos tributários de ganho (perda) em operação de hedge de fluxo de caixa	11	7.878	(1.762)	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do período em períodos subsequentes:					
(Perda) ganho atuarial	22	(39.165)	(10.590)	(26.082)	2.962
Efeitos tributários sobre o ganho (perda) atuarial		13.316	3.660	13.376	(1.171)
Equivalência sobre perda atuarial		13.083	13.552	-	-
Equivalência sobre os efeitos tributários de ganho (perda) sobre ganho atuarial		60	(4.772)	-	-
Resultado abrangente para o período, líquido dos efeitos tributários		4.991.080	(1.910.831)	4.991.080	(1.910.831)

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		12.701.223	10.598.420	19.144.951	16.925.488
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das reversões		(303.662)	(129.774)	(428.175)	(240.174)
Outras despesas operacionais, líquidas		(206.062)	(69.612)	(177.466)	(162.446)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(8.919.195)	(7.092.827)	(12.515.350)	(11.118.571)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(5.830.811)	(4.539.593)	(7.943.025)	(6.813.490)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.088.394)	(2.553.234)	(4.572.325)	(4.305.081)
VALOR ADICIONADO BRUTO		3.782.028	3.505.593	6.629.601	5.806.917
RETENÇÕES					
Depreciações e amortizações	15, 16 e 17	(349.511)	(294.993)	(559.950)	(502.979)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA SOCIEDADE		3.432.517	3.210.600	6.069.651	5.303.938
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		718.846	3.469.425	1.039.556	750.520
Resultado de equivalência patrimonial	14	218.336	135.339	-	-
Resultados financeiros	27	500.510	3.334.086	1.039.556	750.520
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR - OPERAÇÕES CONTINUADAS		4.151.363	6.680.025	7.109.207	6.054.458
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		6.286.130	-	5.984.461	-
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		10.437.493	6.680.025	13.093.668	6.054.458
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		20.195.170	6.680.025	24.297.294	11.364.525
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO - OPERAÇÕES CONTINUADAS		20.195.170			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

I. INFORMAÇÕES GERAIS

A NATURA COSMÉTICOS S.A. ("Companhia"), subsidiária integral da Natura &Co Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários na "Categoria B", com sede no Brasil, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alexandre Colares, nº 1188, Vila Jaguara, CEP 05106-000. A Companhia é uma entidade operacional que possui subsidiárias e controladas no Brasil e no exterior, atuando, majoritariamente, no setor de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, por meio do desenvolvimento, fabricação, distribuição e comercialização de seus produtos. A Natura Cosméticos e suas controladas são denominadas "Companhia".

As marcas sob gestão da Companhia incluem a "Natura", bem como a "Avon" no Brasil, Peru e Colômbia. Além de utilizar-se dos mercados de varejo, e-commerce, *business-to-business* (B2B) e franquias como canais de venda de produtos, a Companhia e suas controladas atuam, sobretudo no canal de venda direta realizada pelos(as) Consultores(as).

1.1. Venda da antiga controlada Aesop

Em 30 de agosto de 2023, a Companhia concluiu a venda da antiga controlada Natura Brazil Pty Ltd. (daqui em diante denominada "Aesop") à Natura &Co Luxembourg S.a.r.l pela contraprestação total de R\$12.396.226, após a obtenção de todas as aprovações regulatórias pertinentes. O ganho total auferido na baixa dos ativos e passivos da antiga controlada e reconhecido como resultado das operações descontinuadas líquido de imposto de renda e contribuição social foi de R\$7.377.768, os quais incluem a reclassificação de ganhos de conversão de balanço acumulados e reconhecidos em outros resultados abrangentes no montante de R\$115.168 e a baixa de *goodwill* no montante de R\$124.315. Maiores detalhes acerca desta operação bem como os resultados das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados na nota explicativa nº 34.

1.2. Venda da antiga controlada The Body Shop

Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a venda da antiga controlada Natura International B.V. (daqui em diante denominada "The Body Shop") à Aurelius Investment Advisory Limited ("Aurelius") pela contraprestação total de R\$ 829.496, após a obtenção de todas as aprovações regulatórias pertinentes. Quando a venda se tornou provável em outubro de 2023, foi reconhecida perda por redução ao valor recuperável dos ativos líquidos mantidos para venda no montante de R\$ 4.007.744, quando de sua mensuração ao valor justo deduzidos dos custos de venda (reconhecido como resultado de operações descontinuadas).

Fora auferido ganho na baixa dos ativos e passivos mantidos para venda, substancialmente ocasionado pela reclassificação de ganhos de conversão de balanço acumulados e reconhecidos em outros resultados abrangentes no montante de R\$ 1.622.436, e a baixa de *goodwill* no montante de R\$4.861.840 (reconhecido como resultado de operações descontinuadas).

A contraprestação total reconhecida como resultado das operações descontinuadas considerou: i) uma parcela fixa recebida em 2 de janeiro de 2024, no montante de R\$ 22.915; ii) uma parcela fixa cujo prazo de recebimento será em 29 de dezembro de 2028, no montante de R\$ 320.153; e iii) o valor justo de duas parcelas variáveis de contraprestações contingentes ("earn-out"), em 2025 e 2026, vinculadas ao atingimento de determinadas metas de resultado, no montante R\$ 486.429. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo dessas contraprestações contingentes está descrita na nota explicativa nº 5.

Maiores detalhes acerca desta operação, incluindo o detalhamento das contraprestações a serem recebidas e os resultados das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentados na nota explicativa nº 34.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (daqui em diante denominada "demonstrações financeiras") foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em seu gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em reunião realizada em 18 de março de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os itens mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado, os quais incluem (i) instrumentos financeiros derivativos; (ii) contraprestações contingentes oriundas da alienação da antiga controlada The Body Shop; (iii) demais ativos financeiros referidos na nota explicativa nº 3.6.1; e (iv) passivos financeiros designados como objeto de hedge de valor justo (nota explicativa nº 3.6.2).

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), arredondados ao milhar mais próximo, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pelas políticas contábeis adotadas pela primeira vez em 2023 (conforme descrito na nota explicativa nº 3.27).

3.1. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1.7.

3.2. Conversão de moeda estrangeira

3.2.1 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma das empresas atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional e de apresentação da Companhia, o Real.

3.2.2 Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional das empresas incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, em "receitas financeiras" e "despesas financeiras".

3.2.3 Controladas com outra moeda funcional

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional não seja o Real, são convertidas para Reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações.

O balanço patrimonial é convertido para Reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados em "outros resultados abrangentes" nas demonstrações do resultado abrangente no patrimônio líquido.

Este cálculo de conversão é diferente para Natura Cosméticos S.A. - Argentina ("Natura Argentina") que se tornou uma economia hiperinflacionária a partir de 1º de julho de 2018.

3.2.4 Economia hiperinflacionária

Em 1 de julho de 2018, a Argentina passou a ser considerada economia hiperinflacionária considerando a elevação nos índices oficiais de preços do país acumulados naquela data (Índice de Preços ao Consumidor, ou "IPC"). Dessa forma, os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico nesta controlada foi atualizado com base no índice citado anteriormente, sendo os impactos resultantes das alterações no poder de compra geral apresentados na demonstração de resultado. O efeito líquido da atualização inflacionária dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi apresentado em conta específica para efeito de hiperinflação no resultado financeiro (vide nota explicativa nº 27).

Para fins de conversão dos saldos contábeis da respectiva controlada para a moeda de apresentação em Reais utilizadas nas demonstrações financeiras da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Os montantes de ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (0,00599 e 0,02955 peso argentino por Real) e;
- Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício (idem acima), ao invés da taxa de câmbio média do exercício, a qual é utilizada na conversão de moeda diferente da moeda funcional em economias não hiperinflacionárias.

A inflação acumulada na Argentina no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 211,4% (94,8% em 31 de dezembro de 2022), conforme IPC.

3.3 Consolidação

As seguintes práticas são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras:

a) Investimentos em controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuída à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em "resultado de equivalência patrimonial". Todos os saldos intragrupu, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupu, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em "outros resultados abrangentes".

Abaixo é apresentada a relação de controladas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Participação - %	2023	2022
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	100,00	100,00	99,99
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha ^(a)	-	-	99,98
Natura (Brazil) International B.V. - Holanda ^(a)	-	-	100,00
Natura Brasil Pty Ltd. - Austrália ^(a)	-	-	100,00
Natura Cosmetics Asia Pacific Pte. Ltd. - Cingapura	100,00	100,00	100,00
Natura &Co Pay Serviços Financeiros e Tecnologia em Pagamentos Eletrônicos Ltda.	100,00	100,00	100,00
Natura &Co Pay Holding Financeira S.A.	100,00	90,00	90,00
Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda. ^(a)	-	-	99,99
Fundo de Investimento Essencial - Brasil	100,00	100,00	100,00
The Body Shop Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.	100,00	100,00	100,00
The Body Shop Brasil Franquias Ltda. - Brasil	100,00	100,00	-
Natura Europa SAS - França ^(b)	100,00	-	-
Natura Brasil, Inc. - EUA ^(b)	100,00	-	-
Natura International Inc. - EUA ^(b)	100,00	-	-
Avon Cosméticos Ltda. ^(c)	-	-	-
Avon Industrial Ltda. ^(c)	100,00	-	-

(a) Sociedades descontinuadas ou cuja participação societária foi alienada em 2023.

(b) Sociedades remanescentes do processo de venda da The Body Shop.

(c) Sociedades adquiridas pela Companhia em 2023 (vide nota explicativa 1.4.2).

(d) Sociedade adquirida pela Companhia em 2023 e incorporada após sua aquisição (vide nota explicativa nº 1.4.2).

As atividades das controladas diretas estão descritas abaixo:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Companhia.

- Natura Comercial Ltda. ("Natura Comercial"): suas atividades compreendem a comercialização de produtos de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, por meio de vendas realizadas no mercado de varejo.

- Natura Biosphera Franqueadora Ltda.:outorga e administração de franquia empresarial, bem como as demais atividades inerentes à condição de franqueadora.

- Natura Cosméticos S.A. - Chile ("Natura Cosméticos - Chile"), Natura Cosméticos S.A. - Peru ("Natura Cosméticos - Peru"), Natura Cosméticos S.A. - Argentina ("Natura Cosméticos - Argentina"), Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia ("Natura Cosméticos - Colômbia"), Natura Cosméticos Ltda. - Holanda ("Natura Cosméticos - Holanda"), Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V. ("Natura Distribuidora de México"): suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil.

- Natura Cosméticos C.A. - Venezuela ("Natura Cosméticos - Venezuela"): encontra-se em fase de encerramento societário e não existem investimentos, transações ou saldos materiais mantidos em seus registros contábeis.

- Natura Cosméticos y Servicios de México, S.A. de C.V. ("Natura Cosméticos y Servicios México"): suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.

- Natura Cosméticos de México, S.A. de C.V. ("Natura Cosméticos México"): suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de México, S.A. de C.V.

- Natura Cosméticos España S.L. ("Natura Cosméticos Espanha"): suas atividades estão suspensas. Caso a atividade seja retomada, serão desenvolvidas as mesmas atividades da Companhia.

- Natura Europa SAS - França, Natura Brasil Inc., Natura International Inc.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal.

- Natura Cosmetics Asia Pacific Pte. Ltd. - Cingapura: empresa constituída em 2020, ainda sem operações.

- Natura &Co Pay Serviços Financeiros e Tecnologia em Pagamentos Eletrônicos Ltda. ("Natura &CO Pay"): suas atividades consistem em prestação de serviços e gerenciamento de pagamentos.

- Natura &Co Pay Financeira Holding S.A. ("Natura &CO Pay Holding"): tem como objetivo exclusivo a participação em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

- Fundo de Investimento Essencial - Brasil: fundo constituído sob forma de condomínio, com objetivo de aplicar recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial.

- Avon Cosméticos Ltda.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, tendo sido incorporada pela Companhia em 2023.

- Avon Industrial Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Avon para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há controladas direta ou indiretamente que possuam participações significativas detidas por acionistas não controladores.

3.4. Ágio por rentabilidade futura ("goodwill")

O *goodwill* resultante de uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao custo, como o excedente do montante agregado de: (i) a contraprestação transferida ao valor justo; (ii) o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida; e (iii) em uma combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo da participação acionária anteriormente detida pela adquirente na adquirida na data de aquisição; em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Quando esse montante agregado é inferior ao valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, o ganho na compra vantajosa é reconhecido imediatamente no resultado. Subsequentemente, o *goodwill* é mensurado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável, o *goodwill* adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades e testado anualmente e quando as circunstâncias indicam que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerando de liquidez imediata concedida pelo emissor ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como títulos e valores mobiliários.

3.6 Instrumentos financeiros

3.6.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, é mensurado ao valor justo mais ou menos, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou pelo valor justo ou por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros "não derivativos" mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os principais ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos de contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes (vide nota explicativa nº 5.5).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla além de instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são fundos de investimento exclusivo, fundos de investimento mútuos, títulos públicos, letras financeiras, fundo de investimento Dyanmo BeautyVentures Ltd. ("Fundo DBV"), certificados de depósitos bancários ("CDB"), operações compromissadas, instrumentos derivativos financeiros e operacionais, e contraprestações contingentes oriundas da alienação da antiga controlada The Body Shop, conforme demonstrados na nota explicativa nº 5.5.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia mantém.

Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros

A Companhia reconhece provisão por perda de crédito esperadas ("ECL") para todos os instrumentos de dívida não classificados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. As ECL são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

As ECL são reconhecidas em duas etapas: (i) para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECL são provisionadas para perdas de crédito que resultem de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (uma

ECL de 12 meses); (ii) para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, uma provisão para perdas é requerida para as perdas de crédito esperadas ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento da inadimplência ("lifetime ECL").

Para contas a receber, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo da ECL. Portanto, a Companhia não acompanha as mudanças no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base na ECL em cada data de balanço. A Companhia constitui uma provisão com base em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada por fatores prospectivos específicos para os inadimplentes e o ambiente econômico. Mais detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6.4.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

3.6.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos em moeda local e estrangeira, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 18), instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 5), fornecedores e operações de risco sacado (nota explicativa nº 19), fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa nº 30), passivo de arrendamento (nota explicativa nº 17), seguros a pagar (nota explicativa nº 22) e dividendos a pagar (nota explicativa nº 23).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Devido a estrutura de hedge de valor justo estabelecida para proteção da variabilidade de taxa de juros associada à emissão dos certificados de recebíveis mobiliários ("CRI"), os respectivos passivos apresentados em empréstimos, financiamentos e debêntures foram designados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge de eficazes.

Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 (IFRS 9) forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos financiamentos e debêntures contratados (exceto emissão dos certificados de recebíveis imobiliários acima referida) e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o exercício em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em aberto.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer prêmio ou desconto na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica principalmente a fornecedores e operações de risco sacado (vide nota explicativa nº 19), empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota explicativa nº 18) e passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 17).

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível para compensar os valores reconhecidos e houver uma intenção de liquidar em uma base líquida, para simultaneamente realizar os ativos e liquidar o passivo.

A compensação de instrumentos financeiros também é aplicada sobre saldos bancários sujeitos ao sistema de gestão central de tesouraria ("cash pooling") instituídos junto a instituição financeira, no qual as posições em contas correntes da Companhia (incluindo saldos descobertos) são compensadas uma vez que a Companhia possui um direito legalmente executável para realizar a liquidação pelo montante líquido e tem a intensão de liquidar as posições em bases líquidas.

3.6.3 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, consistem em swap e compra e venda ("non-deliverable forward" ou "NDF"), que visam exclusivamente à proteção contra (i) os riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de insumos e ativo imobilizado, exportações previstas, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras; e (ii) variabilidade nas taxas de juros associadas a dívidas contraiadas.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas em contrapartida ao resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de hedge de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são registradas em "outros resultados abrangentes".

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio.

Para fins de contabilidade de hedge, os hedges são classificados como: (i) hedges de valor justo quando protegem a exposição às mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido; (ii) hedges de fluxo

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas por rescindir o arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa sua taxa incerta de empréstimo na data de início do arrendamento, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos do arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (o que muda, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamento de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os passivos de arrendamento da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 17.

3.1 Ativo de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos bens, divulgados na nota explicativa nº 17.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.

3.1.3.2 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, independentemente da sua natureza (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contém uma opção de compra). A Companhia também aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamentos de ativos de baixo valor, independentemente de sua natureza. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

3.1.3.3 Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento ("*sale and leaseback*")

A Companhia na qualidade de vendedor-arrendatário mensura o ativo de direito de uso resultante de uma transação de venda e retroarrendamento na proporção do saldo contábil anterior do ativo referente ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário. Assim, numa transação de venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário reconhece somente o valor de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador-arrendador.

Como mensuração subsequente, a Companhia na qualidade de vendedor-arrendatário determina "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de forma que não reconheça nenhum montante do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido. A aplicação desses não impede que o vendedor-arrendatário reconheça no resultado qualquer ganho ou perda relacionado à rescisão parcial ou total de um contrato de arrendamento.

3.1.4 Operações descontinuadas

Um grupo de ativos compreendendo operações destinadas a alienação se qualifica como operação descontinuada se for um componente de uma entidade que foi alienada ou está classificada como mantida para venda e: (i) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; (ii) faz parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; ou (iii) seja controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda. As operações descontinuadas são excluídas dos resultados das operações em continuidade e são apresentadas em um único valor no resultado como lucro ou prejuízo após os impostos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, as operações descontinuadas incluem o resultado auferido com as baixas dos ativos, passivos e das operações das antigas controladas Aesop e The Body Shop oriundas da conclusão da venda das entidades em 30 de agosto de 2023 e 29 de dezembro de 2023, respectivamente.

3.1.5 Fornecedores participantes de operações de "risco sacado"

A Companhia é parte de operações de risco sacado (*supplier finance arrangement*) com instituições financeiras com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira se oferece separadamente para pagar antecipadamente ao nosso fornecedor em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária.

Esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo o passivo como fornecedores e essas transações são apresentadas em atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

3.1.6 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do exercício para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Essas atualizações monetárias são registradas no resultado financeiro, vide nota explicativa nº 27.

Os ativos contingentes não são reconhecidos pela Companhia e somente são divulgados, caso haja provável recebimento de benefícios econômicos. Se for praticamente certo que os benefícios econômicos serão recebidos, o ativo e o correspondente ganho são registrados nas demonstrações financeiras do exercício correspondente à mudança na estimativa.

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado pelo seu valor justo. Posteriormente, é mensurado pelo maior entre o valor que seria reconhecido de acordo com os requisitos de provisões acima ou o valor inicialmente reconhecido menos (quando apropriado) a amortização acumulada reconhecida de acordo com os requisitos de reconhecimento de receita.

A Companhia possui contratos que preveem o pagamento de honorários advocatícios de êxito decorrentes de processos tributários, cíveis e trabalhistas dos quais figuram no polo passivo, e com base em sua melhor estimativa, apurou e provisionou os montantes para os quais entende que existe a expectativa de desembolso futuro.

3.1.7 Impostos e contribuição social corrente e diferidos

Os ativos e passivos de imposto de renda corrente são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais com base nas aliquotas e leis tributárias usadas para calcular o valor, são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde a Companhia opera e gera lucro tributável. A Companhia avalia, periodicamente, os tratamentos fiscais assumidos nas apurações dos tributos sobre o lucro com base no entendimento da regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações que podem ser diversas e considera se é provável que a autoridade fiscal aceiteira o tratamento fiscal incerto. A Companhia avalia os saldos destes tributos com base no valor mais provável ou no valor esperado, dependendo de qual método é avaliado como aquele que fornece a melhor previsão da resolução da incerteza.

A Companhia aplica as disposições do ICPB 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro em relação aos tratamentos que afetaram a apuração dos tributos sobre o lucro (tratamentos fiscais incertos), conforme divulgado na nota explicativa nº 22 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Companhia possui posições fiscais incertas relevantes e, caso existam resultados desfavoráveis em litígios, poderiam resultar em um impacto material adverso nas demonstrações financeiras.

No Brasil, incluem o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), que são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceda R\$ 240 para IRPJ e 9% para CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável anual. O lucro tributável reflete o lucro antes dos impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (tens temporários e permanentes). Os impostos diferidos representam débitos e créditos fiscais sobre diferenças temporárias entre a base fiscal e a base contábil de ativos e passivos sobre prejuízos fiscais acumulados. Impostos diferidos ativos e passivos são classificados como não circulantes conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12).

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e reduzido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. A estimativa de lucros tributáveis futuros requer julgamentos, estimativas e interpretação de leis tributárias.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço e refletem as incertezas relacionadas a estes tributos, quando aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativos e passivos fiscais, estão sendo divulgados separadamente.

3.1.8 Benefícios a empregados

3.1.8.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.1.8.2 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que considera o lucro atribuível aos acionistas e vinculado a metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

3.1.8.3 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas na demonstração do resultado como despesa com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

3.1.8.4 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido (aposentadoria e assistência médica pós-emprego) é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os beneficiários receberão como retorno pelos serviços prestados em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente sendo apresentado

líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário externo e independente utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

O custo do serviço corrente e os juros de apropriação do valor presente do passivo são reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e perdas atuárias gerados pela remensuração do passivo, em decorrência de alterações de premissas atuárias são reconhecidos em "outros resultados abrangentes". Na ocorrência de alterações ou reduções do plano, os efeitos do custo do serviço passado são reconhecidos na demonstração do resultado na data da ocorrência.

3.1.9 Pagamento baseado em ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de participações com base em ações, liquidados exclusivamente com as ações da sua controladora, Natura &Co Holding S.A.

- i) Plano de outorga de opções de compra de ações;
- ii) Programa de outorga de ações restritas;
- iii) Programa de outorga de opções de compra de ações relacionada à aceleração da estratégia; e
- iv) Programa de outorga de ações de desempenho.

Os planos são mensurados pelo valor justo das ações da controladora na data da outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado cujos detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 26.1.

A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais da controladora em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição foi cumprido e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrada em "despesa com vendas ou administrativas", dependendo do departamento no qual o colaborador está alocado.

Para o plano de outorga de opções de compra de ações e o programa de aceleração da estratégia, mesmo com a expiração do prazo de exercício, a despesa reconhecida não é revertida, pois o direito foi adquirido pelos executivos.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado (exceto quando o cancelamento ocorre por perda do direito ao instrumento patrimonial por não atender às condições de concessão), este é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida no prêmio é registrada imediatamente. Isso inclui qualquer prêmio que a Companhia ou a contraparte tenham a opção de não cumprir a obrigação de não aquisição. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

3.20 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "dividendos e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos que exceder os dividendos mínimos obrigatórios, declarada pela Administração após a data do balanço a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada como "dividendo adicional proposto", no patrimônio líquido.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.2.1 Informações por segmento

As informações por segmentos de negócios consideram a forma na qual as informações são registradas pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

A Administração da Companhia toma decisões a partir de sua estrutura de governança corporativa, sendo as decisões de negócio envolvendo a alocação de recursos e avaliação de desempenho que impactam a Companhia (em conjunto com outras entidades legais incluídas no segmento "Natura &Co Latam" definido pela sua controladora) tomadas pelo Conselho de Administração da sua controladora, que atua como o principal órgão tomador de decisões.

Desta forma, informações equivalentes às da Companhia são analisadas pelo principal gestor das operações da controladora em conjunto com informações de outras entidades legais cujas operações são análogas e estão sob controle comum e apresentadas como um segmento operacional nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. Como resultado, as demonstrações financeiras da Companhia refletem as operações próprias que são parte da análise deste principal gestor e apresentam um segmento operacional único para fins de suas demonstrações financeiras.

3.2.2 Receita de contratos com clientes

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete o valor justo da contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A Companhia concluiu que é o principal em seus contratos de receita.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço da transação, são considerados os efeitos da contraprestação variável, a existência de um componente de financiamento significativo, contraprestação não monetária e contraprestação a pagar ao cliente (se houver). Abaixo, resumos a natureza e outras considerações sobre o preço da receita e o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida para cada um dos principais fluxos de receita.

3.2.2.1 Vendas diretas

A receita de venda direta é gerada a partir das vendas efetuadas para os(as) consultores(as) de beleza da Companhia (nossos clientes), mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida/receber, excluindo descontos, impostos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de venda é reconhecida quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o(a) Consultor(a) de beleza estiver o controle desse produto.

3.2.2.2 Vendas diretas - Encargos e penalidades adicionais por atraso no pagamento

A Companhia cobra de seus clientes (Consultores(as)) de beleza acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), as controladas reconhecem a receita de acréscimo e penalidades com base na contraprestação que a Companhia estima ter direito, dado o seu histórico de recebimento dos clientes.

3.2.2.3 Vendas no varejo

A Companhia, que atua no mercado varejista, mensura as receitas de vendas com base no valor justo da contraprestação recebida/receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Essas receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e consumidor obtiver o controle desse produto.

3.2.2.4 Outras obrigações de desempenho

3.2.2.4.1 Programas de fidelidade (campanha de pontos)
A Companhia oferece campanhas de acúmulo de pontos (programa de fidelidade), que se dá pelo fato da compra dos produtos da Companhia, para serem trocadas (resgatadas) futuramente por produtos. A mensuração dos pontos é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida à medida que os pontos são resgatados pelos consultores(as) para as vendas no varejo e venda direta, ou quando expiram ou não são mais considerados passíveis de resgate. O prazo de validade dos pontos é de até aproximadamente cinco meses (seis ciclos).

3.2.2.4.2 Programa de reconhecimento dos (as) consultores (as) de beleza Natura e Avon

A Companhia possui programas de reconhecimento por desempenho, nas quais premia os(as) consultores(as) de beleza com base em diferentes indicadores, por exemplo, volume de compras, tempo de casa, entre outros. A Companhia entende que esse programa de reconhecimento por desempenho possui um valor agregado e, portanto, é considerado como um compromisso assumido com a nossa rede. A mensuração dos programas de reconhecimento por desempenho é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado aos programas de reconhecimento por desempenho é diferido e a receita é reconhecida quando os prêmios são entregues para os(as) Consultores(as) de beleza da Companhia.

3.2.2.4.3 Eventos

A Companhia promove eventos com o objetivo de estimular e congratular os(as) melhores Consultores(as) de beleza. A Companhia entende que esses eventos possuem um valor agregado para os(as) Consultores(as) de beleza, além de gerar uma expectativa de participação nesses eventos. Assim, a Companhia determinou que esses eventos são uma obrigação de desempenho. A mensuração dos eventos é feita com base no seu custo esperado, acrescida de uma margem. O valor alocado aos eventos é diferido e a receita é reconhecida quando o evento é realizado.

3.2.2.4.4 Franquias (cursos, treinamentos e consultorias/enxoval e inauguração)

A Companhia cobra do franqueado um montante fixo, no início do contrato, sendo que parte desse valor se destina aos cursos, treinamentos e consultorias para capacitar e instruir o franqueado para comercializar os produtos da marca "Natura". Além disso, outra parte desse valor refere-se ao inventário (produtos específicos a serem vendidos na loja do franqueado) e à inauguração (evento por abertura da loja do franqueado). A Companhia entende que tais itens representam um direito material e, portanto, foram considerados como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor de mercado desses itens, sendo reconhecida inicialmente como uma receita diferida. No momento da abertura da loja do franqueado, tem início a apropriação dessa receita diferida para o resultado do exercício.

3.2.2.4.5 Franquias (direito de uso da marca)

No início do contrato, a Companhia cobra do franqueado um montante fixo, sendo que tal item refere valor se refere ao uso da marca "Natura". A Companhia entende que tal item representa um direito material e, portanto, foi considerado como uma obrigação de desempenho. A mensuração é feita com base no valor residual, ou seja, valor desmanchado após excluir o valor de mercado dos cursos, treinamentos e consultorias, enxoval e inauguração, e fundo de propaganda. Esse valor é reconhecido inicialmente como uma receita diferida. Essa receita diferida é apropriada para o resultado, de forma linear, durante o prazo do contrato de franquia.

3.2.2.4.6 Incentivos relacionados a produtos "gratuitos" e brindes

A Companhia concede incentivos relacionados a produtos "gratuitos" e brindes para seus clientes (consultores(as) de beleza Natura e Avon e/ou consumidor final). For ser considerado um direito material, a Companhia reconhece esse item como uma obrigação de desempenho. Considerando que o momento da entrega dos produtos e realização da obrigação de desempenho de entregar os produtos "gratuitos" ou brindes, acontece no mesmo momento, a Companhia concluiu que não é aplicável realizar uma alocação de preços e acompanhar essas duas obrigações de desempenho de forma separada.

3.2.3 Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre vendas, exceto (i) quando os tributos sobre vendas são incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Os incentivos fiscais relacionados aos tributos sobre as vendas referentes ao exercício corrente são reconhecidos na receita líquida da Companhia na demonstração do resultado do exercício.

3.2.3.1 Conceito de insumo para apuração de créditos das contribuições do PIS e do COFINS

A Companhia afirma que os créditos de PIS e COFINS são mensurados e apurados de forma confiável e baseados na melhor interpretação da legislação vigente e no cenário jurisprudencial do país, cuja evolução é permanentemente avaliada pela Companhia e por seus assessores jurídicos.

3.2.4 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.2.5 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Considerando a inexistência de títulos e transações que possam efeito diluidor sobre o resultado da Companhia, os resultados por ação básico e diluídos são equivalentes.

A Companhia divulgou os valores básicos e diluídos por ação decorrente de operações descontinuadas juntamente com as informações de resultado por ação das operações em continuidade na nota explicativa nº 29, apresentando as informações para operações em continuidade na demonstração do resultado. Essas informações são apresentadas na base das demonstrações do resultado consolidadas.

3.2.6 Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas às quais, na avaliação da Administração, não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando estas entrarem em vigor.

3.2.6.1 Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas ("covenants")

O IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) de forma a melhorar as informações fornecidas por uma entidade quando o seu direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas. Em particular, as alterações visam esclarecer se tais cláusulas restritivas afetam se esse direito existe no final do período de reporte, se uma entidade for obrigada a cumprir essas cláusulas restritivas antes ou no final do período de reporte e exigir a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco de que os passivos possam ser antecipados dentro de doze meses após o período de reporte, incluindo o valor contábil e a natureza das cláusulas restritivas e quando a entidade é obrigada a cumprilas e, fatos e circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode ter dificuldade em cumprir com tais cláusulas restritivas.

As alterações são aplicáveis para períodos com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e não são esperadas que produzam efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, devido ao histórico cumprimento por parte da Companhia das cláusulas restritivas aplicáveis, bem como a consistência entre as políticas de classificação entre passivos circulantes e não circulantes aplicadas pela Companhia e os esclarecimentos estabelecidos pelas alterações.

3.2.6.2 Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Passivos de arrendamento e retroarrendamento ("leaseback")

O IASB modificou as alterações emitidas ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para adicionar requisitos de mensuração subsequente para transações de venda e retroarrendamento ("leaseback") que satisfazem os requisitos do IFRS 15 (CPC 47) para serem contabilizadas como uma venda. As alterações exigem que um vendedor-arrendatário ("seller-lessee") subsequentemente mensure os passivos de arrendamento decorrentes de uma relocação de forma que não reconheça qualquer valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém.

As alterações são aplicáveis para períodos com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e não são esperadas que produzam efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que há consistência entre as políticas aplicadas pela Companhia para contabilização de retroarrendamento e os esclarecimentos estabelecidos pelas alterações (incluindo o reconhecimento de retroarrendamento divulgado na nota explicativa nº 17).

3.2.6.3 Alterações ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)) - Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado")

O IASB emitiu as alterações às IFRS 7 e IAS 7 de forma a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez.

Essas divulgações adicionais requeridas incluirão: (a) os termos e as condições dos acordos (por exemplo, prazos de pagamento estendidos e cauções ou garantias fornecidas); (b) no início e no encerramento do período de reporte: (i) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento tanto dos passivos financeiros divulgados de acordo com (i), como das contas a pagar a fornecedores comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e (c) o tipo e o efeito das alterações nos fluxos de caixa nos períodos dos passivos financeiros. As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e não afetam as bases de mensuração e classificação de tais transações nas demonstrações financeiras. A Companhia incluirá tais divulgações às suas demonstrações financeiras quando estas alterações se tornarem vigentes.

3.2.7 Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez o ano iniciado em 1º de janeiro de 2023

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

A partir de 1º de janeiro de 2023, entrou em aplicação as alterações ao CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8, *Accounting Policies, Changes in A counting Estimates and Errors*) e ao CPC 26 (R1), Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1, *Presentation of Financial Statements*, além de alterações também ao IFRS Practice Statement 2, *Making Materiality Judgments*, documento de natureza educativa emitido pelo IASB e não publicado pelo CPC no Brasil), onde foram esclarecidos os conceitos de entidades contábeis e a aplicação de julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábil, visando auxiliar as entidades a fornecer divulgações de política contábil que são mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativas" por uma exigência de divulgar suas políticas contábeis "materiais". Na elaboração destas demonstrações financeiras estes conceitos foram considerados não havendo, no entanto, efeitos relevantes na natureza e detalhamento das informações apresentadas, uma vez que, de maneira consistente com os requerimentos do CPC 26 (R1), aspectos de materialidade já eram aplicados na determinação das políticas contábeis a serem divulgadas. Adicionalmente, em maio de 2023 o IASB publicou alterações ao IAS 12, Tributos sobre o lucro, determinando a aplicação de exceção mandatória no reconhecimento de tributos diferidos sobre o lucro oriundos da aplicação dos requerimentos da legislação do "Pilar 2", iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio da qual se busca implementar um novo sistema tributário que consistirá em uma "camada extra" à tributação doméstica dos países envolvidos, buscando assegurar o pagamento de uma alíquota efetiva mínima global de 15% por contribuintes integrantes de grandes grupos multinacionais, independentemente de suas jurisdições de residência.

Durante 2023, vários países onde a Companhia opera promulgaram ou propuseram legislação que implementa as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além disso, vários países promulgaram ou pretendem promulgar legislação que implementa certas regras de transição por meio dos relatórios de *Safe Harbor* por país ("CBCR-SH"). A Companhia aplicou a exceção sobre o reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Com base na avaliação contínua da Companhia das regras CBCR-SH publicadas pela OCDE e que se espera que sejam promulgadas, a Companhia não espera que haja qualquer exposição material significativa a tributos incrementais sobre o lucro relacionados à legislação do Pilar Dois. A análise da Companhia indica que substancialmente todos os países em que o Grupo opera irão satisfazer pelo menos um ou mais dos três requisitos CBCR-SH ou estarão sujeitos a um Imposto Complementar Mínimo Nacional Qualificado que não deverá resultar em um impacto material/significativo na exposição da Companhia aos tributos sobre o lucro.

A Companhia continuará a avaliar a sua exposição ao Pilar Dois à medida que mais legislação for implementada, bem como para o CBCR-SH. Desde que a legislação adicional esteja alinhada com as orientações da OCDE, a Companhia não espera qualquer alteração na avaliação divulgada acima.

3.2.8 Combinações de negócios sob controle comum

Em uma combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum, em que todas as entidades combinadas ou negócios são controlados pela mesma parte, ou partes, antes e depois da combinação de negócios, e esse controle não é transitório, a Companhia aplica o método do custo predecessor. Ao aplicar este método, as demonstrações financeiras consideram os registros contábeis históricos e localmente reconhecidos da entidade adquirida como os saldos resultantes da aquisição nos registros da Companhia, reconhecendo os resultados operacionais desta adquirida a partir da data de aquisição como parte dos resultados da Companhia. Na aplicação desta política a Companhia não realiza a reapresentação dos resultados operacionais e posição patrimonial da adquirida em exercícios anteriores como parte da Companhia.

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

</

a) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial resultante de instrumentos financeiros e operações em moedas diferentes das moedas funcionais da Companhia. Para reduzir essa exposição, foram implementadas políticas para proteger a Companhia contra o risco cambial, as quais estabelecem níveis de exposição relacionados a esses riscos. Conforme a política de hedge cambial, os derivativos adotados pela Companhia devem eliminar o risco de câmbio de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais e limitar as perdas devido à variação nas taxas de câmbio nos fluxos de caixa futuros.

Os procedimentos de tesouraria definidos pelas políticas vigentes incluem uma projeção trimestral e avaliação da exposição consolidada da Companhia às taxas de câmbio, com base na qual as decisões da Administração são tomadas. A política de hedge cambial da Companhia considera os montantes de moeda estrangeira de ativos e passivos reconhecidos, bem como os fluxos de caixa futuros associados a transações previstas como altamente prováveis com prazo médio de até doze meses.

Durante o exercício, a Companhia transferiu sua dívida vinculada à sustentabilidade para a coligada Natura &Co Luxembourg Holdings S.à.r.l ("Natura &Co Luxembourg"), como parte do processo de realocação e reorganização do endividamento da sua controladora, Natura &Co Holding S.A., iniciado quando da venda da antiga controlada Aesp.

A referência dívida, denominada em dólares americanos, estava incluída em uma estrutura de contabilidade de hedge com o objetivo de proteger a variabilidade de pagamentos decorrentes de variações nas taxas de câmbio e de juros. Considerando a transferência realizada para a coligada Natura &Co Luxembourg, cuja moeda funcional é o dólar americano, o risco protegido não era mais elegível dentro da contabilidade de hedge e, consequentemente, a Companhia procedeu com a desreconhecimento da estrutura. Como resultado, o montante de R\$4.958.286, anteriormente reconhecido no passivo da Companhia, foi desreconhecido, e reconhecido na coligada Natura &Co Luxembourg. As perdas reconhecidas no resultado abrangente de R\$700.810, antes dos efeitos tributários, foram reclassificadas para o resultado, como despesa financeira. Adicionalmente, a posição passiva do instrumento financeiro derivativo de R\$1.380.405 foi liquidada com as instituições financeiras correspondentes em setembro de 2023.

Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial, a Administração da Companhia entende que é importante considerar, além dos ativos e passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial, o valor justo dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia para proteção de determinadas exposições em 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira ^(a)	-	(5.252.375)	-	(5.252.375)
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	50.382	198.063	315.278	505.103
Contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira	(26.592)	(6.921)	(100.654)	(12.165)
Valor justo dos derivativos financeiros	(5.878)	6.107.983	(38.436)	6.101.351
Exposição ativa líquida	17.912	1.046.750	176.188	1.341.914

a) Não considera os custos de transação. Essa análise considera apenas ativos e passivos financeiros registrados no Brasil em moeda estrangeira, uma vez que a exposição à variação das taxas de câmbio em outros países não é relevante. A tabela a seguir mostra a projeção da perda incremental que teria sido reconhecida no resultado para o exercício subsequente, supondo estática a exposição cambial líquida atual e os seguintes cenários:

Paridade - R\$ x US\$	Controladora			
	2023	2022	2023	2022
Exposição	4.841,3	4.895,3	3.671,5	2.447,7
Exposição Cenário I	4.841,3	4.895,3	3.671,5	2.447,7
Exposição Cenário II	4.841,3	4.895,3	3.671,5	2.447,7

Operação/Instrumento Ativos denominados em US\$ Valor justo dos derivativos "financeiros"

Operação/Instrumento	Controladora			
	2023	2022	2023	2022
Ativos denominados em US\$	4.841,3	4.895,3	3.671,5	2.447,7
Valor justo dos derivativos "financeiros"	(38.436)	(38.865)	(29.148)	(19.432)
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	315.278	318.795	239.096	159.398

Passivos denominados em US\$ Contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido

Paridade - R\$ x US\$	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Exposição	176.188	1.965	42.573	87.110
Exposição Cenário I	176.188	1.965	42.573	87.110
Exposição Cenário II	176.188	1.965	42.573	87.110

Operação/Instrumento Ativos denominados em US\$ Valor justo dos derivativos "financeiros"

Operação/Instrumento	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Ativos denominados em US\$	176.188	1.965	42.573	87.110
Valor justo dos derivativos "financeiros"	(100.654)	(101.777)	(76.333)	(50.888)
Contas a receber registradas no Brasil em moeda estrangeira	315.278	318.795	239.096	159.398

Passivos denominados em US\$ Contas a pagar registradas no Brasil em moeda estrangeira Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido

Paridade - R\$ x US\$	Consolidado			
	2023	2022	2023	2022
Exposição	176.188	1.965	42.573	87.110
Exposição Cenário I	176.188	1.965	42.573	87.110
Exposição Cenário II	176.188	1.965	42.573	87.110

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2023 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio de R\$4.895,3 /US\$ 1,00. Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$ 3,671,5 /US\$ 1,00) e de 50% (R\$ 2,447,7 /US\$ 1,00), respectivamente.

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os riscos de taxa de juros da Companhia decorrem de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia mantém, na sua maioria, os indexadores de suas exposições às taxas de juros de depósitos e empréstimos atreladas a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo Certificado de depósito interbancário ("CDI") e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI, IPCA e a taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

Adicionalmente, a Companhia considerou potenciais aspectos relacionados a compromissos de sustentabilidade e mudanças climáticas como parte dos riscos aos quais está exposta em relação a taxa de juros sobre os instrumentos financeiros, exceto pelos riscos associados às Notas ESG (discutidos abaixo como parte do risco de liquidez), não há exposição a riscos relevantes os quais deveriam ser objeto de divulgação específica.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2023 há contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que possuem contratos de swap atrelados, trocando a indexação do passivo para a variação do CDI. Dessa forma, o risco da Companhia passa a ser a exposição à variação do CDI. Ela segue está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI, incluindo as operações com derivativos (os empréstimos, financiamentos e debêntures no Brasil foram considerados integralmente, dado que o montante está, predominantemente, vinculado ao CDI):

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total de empréstimos, debêntures e financiamentos - moeda local (nota explicativa nº 18)	(2.512.302)	(2.512.302)	(2.512.302)	(2.512.302)
Operações em moeda estrangeira com instrumentos derivativos atrelados ao CDI ^(a)	52.319	52.319	52.319	52.319
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (notas explicativas nº 6 e nº 7)	1.299.689	2.503.677	1.160.294	43.694
Exposição Líquida	(1.160.294)	43.694	(1.160.294)	43.694

(a) Refere-se à contratação de derivativos atrelados ao CDI para proteger os empréstimos, financiamentos e debêntures captados no Brasil. A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexados ao CDI (notas explicativas nº 6 e 7). As tabelas seguintes demonstram a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida no resultado do exercício subsequente, supondo estática a exposição passiva líquida atual e os seguintes cenários:

Descrição	Risco da Companhia		Cenário provável		Cenário II	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Passivo líquido	4.061	(28.717)	4.061	(28.717)	4.061	(28.717)
Passivo líquido	(153)	1.081	(153)	1.081	(153)	1.081

O cenário provável considera as taxas futuras de juros para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 nas datas previstas dos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros, apurados em 31 de dezembro de 2023. Os cenários II e III consideram uma alta das taxas de juros em 25% (1,413% ao ano) e 50% (1,695% ao ano), respectivamente, sobre uma taxa de CDI de 11,30% ao ano (cenário provável).

Controladora	Menos de um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total de fluxo de caixa esperado	Juros a incorrer	Valor contábil
Empréstimos, financiamentos e debêntures	328.108	2.635.838	916.593	3.880.539	(1.368.237)	2.512.302
Derivativos	(43.012)	(71.134)	160.587	46.441	-	46.441
Passivo de arrendamento	115.318	366.869	35.706	517.893	(117.072)	400.821
Fornecedores e operações de "risco sacado" e fornecedores - partes relacionadas	2.160.163	-	-	2.160.163	-	2.160.163
Dividendos a pagar	81.795	-	-	81.795	-	81.795

Consolidado	Menos de um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total de fluxo de caixa esperado	Juros a incorrer	Valor contábil
Empréstimos, financiamentos e debêntures	328.108	2.635.838	916.593	3.880.539	(1.368.237)	2.512.302
Derivativos	(75.249)	(71.134)	160.587	14.204	-	14.204
Passivo de arrendamento	199.586	605.865	52.891	858.342	(177.045)	681.297
Fornecedores e operações de "risco sacado" e fornecedores - partes relacionadas	3.554.102	-	-	3.554.102	-	3.554.102
Dividendos a pagar	81.795	-	-	81.795	-	81.795

As captações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão divulgadas na nota explicativa nº 18.

5.3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA). A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (exceto recursos do "Crer Para Ver" e do fundo de investimento Dynamo Beauty Ventures Ltd ("DBVM")).

5.5 Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados ao valor justo nas datas dos

5.3.1.2 Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

a) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia designou formalmente, para fins de contabilidade de proteção, certos instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos, financiamentos, debêntures, bem como outras exposições em moedas estrangeiras decorrentes de itens reconhecidos no balanço e transações altamente prováveis. O tipo de relação de hedge aplicado a tais instrumentos é o hedge de fluxo de caixa, que é utilizado para compensar variações no valor contábil da dívida e nos fluxos de caixa operacionais projetados em moeda estrangeira.

Existe uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, pois os termos dos contratos correspondem a (i) os termos de transações antecipadas e altamente prováveis (por exemplo, o valor de referência e a data esperada de pagamento) no caso de instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção de compras altamente prováveis; e (ii) termos associados a dívidas contratadas em moeda estrangeira que são protegidas por instrumentos financeiros derivativos que visam eliminar a variabilidade dos fluxos de caixa associados a essas moedas. A Companhia estabeleceu uma proporção de proteção de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que os riscos subjacentes dos contratos são idênticos aos componentes de risco protegidos. Para testar a efetividade do hedge, a Companhia utilizou o método de correspondência de termos críticos ou o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo dos instrumentos de hedge com as alterações no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de ineffectividade, historicamente imateriais, podem advir de: (i) diferenças no cronograma de fluxos de caixa entre itens protegidos e instrumentos de hedge; (ii) índices diferentes e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido de itens protegidos e instrumentos de hedge; (iii) risco de crédito da contraparte ter impacto diferente nos movimentos de valor justo de instrumentos de hedge e itens protegidos; e (iv) alterações no montante esperado de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de hedge.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a designação referiu-se principalmente aos instrumentos derivativos (contrato de swap) contratados em maio de 2021, que tinham como objetivo eliminar a variação nos pagamentos do principal e dos juros em dólares associados às Notas ESG, tornando os pagamentos fixos a CDI mais spread. Como mencionado anteriormente, devido à transferência dessa dívida para a Natura &Co Luxembourg, o risco protegido não era mais elegível dentro da estrutura de hedge accounting, e, consequentemente, a Companhia procedeu com o desreconhecimento da estrutura.

Em 31 de dezembro de 2023, a posição líquida de instrumentos derivativos designados como hedge de fluxo de caixa é composta exclusivamente por derivativos operacionais e está detalhada abaixo (demonstrações financeiras consolidadas):

Objeto de Proteção (Notional) Moeda e taxa	Valor justo	Outros resultados abrangentes	
		Ganho (perda) acumulado do contrato	Ganho (perda) do exercício
Swap de moeda - US\$/R\$ - Natura Cosméticos	BRL (5.878)	(2.090)	763.197
Contratos Forward (Avon Indústria)	Moeda BRL (3.702)	(3.702)	5.452
Contratos Forward (Natura Dist. Mexico)	Moeda BRL 321	151	151
Contratos Forward (Natura Indústria)	Moeda BRL (21.497)	(21.497)	(23.170)
Total	(30.756)	(27.138)	745.630

A movimentação da reserva de hedge de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

Objeto de Proteção (Notional) Moeda e taxa	Valor justo	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021	21.830	21.830	21.830	21.830	21.830
Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	(798.363)	(798.363)	(798.363)	(798.363)	(798.363)
Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de hedge	271.443	271.443	271.443	271.443	271.443
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022	(505.090)	(505.090)	(505.090)	(505.090)	(505.090)
Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	763.197	763.197	763.197	763.197	763.197
Efeitos tributários sobre o valor justo do instrumento de hedge	(259.486)	(259.486)	(259.486)	(259.486)	(259.486)
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023	(1.379)	(1.379)	(1.379)	(1.379)	(1.379)

b) Hedge de valor justo

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a designação (que incluiu apenas derivativos financeiros) referiu-se aos instrumentos derivativos (contrato de swap) contratados em outubro de 2022, que tem como objetivo eliminar a variação nas taxas de juros associadas à 2ª e 3ª séries das debêntures da 12ª emissão ("debêntures CRI") contratadas em IPCA para um fluxo em CDI mais spread, de acordo com a política de gestão de riscos do Grupo.

O tipo de relação de hedge aplicado a tais instrumentos é o hedge de valor justo, que é utilizado para compensar variações decorrentes de mudanças no valor justo do passivo atribuível ao risco específico. Existe uma relação econômica entre os itens protegidos e os instrumentos de hedge, pois os termos dos contratos correspondem a termos associados à dívida contratada. A Companhia estabeleceu uma proporção de hedge de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que os riscos subjacentes dos contratos são idênticos aos componentes de risco protegidos.

Para testar a efetividade do hedge, a Companhia utiliza o teste de sensibilidade medindo a variação por meio do método de *offset* em dólares. As fontes de ineffectividade, historicamente imateriais, podem advir de: (i) reduções ou modificações do item protegido (o pagamento da dívida); (ii) mudanças no spread sobre IPCA no swap. Em 31 de dezembro de 2023, a posição líquida de instrumentos derivativos designados como hedge de valor justo é composta exclusivamente por derivativos financeiros e está detalhada abaixo:

Objeto de Proteção (Notional) Moeda e taxa	Valor justo	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021	52.319	52.319	52.319	52.319	52.319
Mudança no valor justo do instrumento de hedge reconhecido em outros resultados abrangentes	(52.319)	(52.319)	(52.319)	(52.319)	(52.319)
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2023	(1.379)	(1.379)	(1.379)	(1.379)	(1.379)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a designação (que incluiu apenas derivativos financeiros) referiu-se aos instrumentos derivativos (contrato de swap) contratados em outubro de 2022, que tem como objetivo eliminar a variação nas taxas de juros associadas à 2ª e 3ª séries das debêntures da 12ª emissão ("debêntures CRI") contratadas em IPCA para um fluxo em CDI mais spread, de acordo com a política de gestão de riscos do Grupo.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Companhia são efetuadas para um grande número de Consultores(as) de beleza Natura e Avon e esse risco é administrado por meio de um processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "provisão para perdas de crédito esperadas" em "contas a receber de clientes", conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pela Administração como de primeira linha.

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elegerá as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

5.3.3 Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartidas às linhas de crédito não utilizadas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total de ativos circulantes	8.486.097	4.146.774	12.924.564	10.435.037
Total de passivos circulantes (4.182.571) (3.612.598)	(4.182.571)	(3.612.598)	(6.288.157)	(7.396.063)
Total de capital circulante líquido	4.303.526	534.176	6.636.407	3.038.974

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, considerando os pagamentos de juros a uma taxa pós-fixada e o valor dos títulos de dívida refletindo taxas de juros de mercado a tempo, podem ser alterados na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Seus correspondentes vencimentos, considerando que a Companhia está em conformidade com as cláusulas restritivas de contratos ("covenants"), estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos	4.303.526	534.176	6.636.407	3.038.974
Passivos	(4.303.526)	(534.176)	(6.636.407)	(3.038.974)

Controladora	Menos de um ano	Um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total de fluxo de caixa esperado	Juros a incorrer	Valor contábil
Empréstimos, financiamentos e debêntures	328.108	2.635.838	916.593	3.880.539	(1.368.237)	2.512.302
Derivativos	(43.012)	(71.134)	160.587	46		

b) Os créditos fiscais acumulados de PIS e COFINS decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas na produção e de ativo imobilizado. A realização desses créditos normalmente ocorre por meio de compensação com operações de venda no mercado interno e inclui em 2023, saldos oriundos das empresas adquiridas Avon Cosméticos e Avon Industrial. c) Saldo será utilizado para compensação de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) a pagar em operações futuras da companhia.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1. Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na Companhia. Para determinadas controladas e na Companhia foram também reconhecidos saldos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais. A Administração da Companhia avalia a possibilidade de compensação de imposto de renda diferido ativo e imposto de renda passivo de acordo com cada jurisdição.

Os valores são demonstrados a seguir:

	Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	11.875	198.998	228.630	498.583
Compensação de crédito fiscal estrangeiro (a)	-	306.289	-	306.289
Provisão para perdas de crédito esperadas com clientes	43.678	38.358	85.118	78.878
Provisão para perdas nos estoques	7.539	4.094	123.199	175.818
Amortização e depreciação - diferenças de vida útil	789	-	15.696	151.128
Passivo de arrendamento	139.613	108.148	201.792	401.676
Provisão para despesas diversas (b)	172.082	126.031	246.152	234.917
Benefícios a empregados	179.045	147.093	241.607	235.900
Efeito sobre as mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos, incluindo as operações de hedge accounting (c)	-	304.743	9.811	307.732
Outras diferenças temporárias	46.360	41.379	62.345	66.488
Total imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	600.981	1.275.133	1.214.350	2.457.409
Efeito sobre as mudanças no valor justo dos instrumentos derivativos, incluindo as operações de hedge accounting (c)	(16.500)	-	(16.500)	-
Amortização e depreciação - diferenças de vida útil	-	(328)	(692)	(79.393)
Direito de uso	(78.996)	(62.951)	(130.119)	(310.385)
Contraprestação contingente (earn-out)	(156.319)	-	(157.966)	-
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis em combinação de negócios (d)	-	-	-	(793.482)
Outras diferenças temporárias	(1.024)	-	(67.104)	(93.132)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(252.839)	(63.279)	(372.381)	(1.276.392)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	348.142	1.211.854	841.969	1.181.017
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido - ativo (e)	348.142	1.211.854	881.584	1.971.354
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido - passivo (e)	-	-	(39.615)	(790.337)

a) Refere-se principalmente a créditos tributários estrangeiros compensados

no Brasil que historicamente foram relacionados como impostos de renda pré-pagos, em vez de ativos fiscais diferidos.

b) Inclui (i) despesas pelo regime de competência, refletindo as despesas dedutíveis incorridas no exercício e (ii) receitas diferidas.

c) Devido às variações subjacentes das moedas não funcionais em relação ao Real, o saldo no 2023 reflete principalmente uma perda em um instrumento de hedge que só pode ser deduzido quando o instrumento de hedge for liquidado; a partir de 2022, o saldo refletia principalmente um ganho em um hedge que poderia ser diferido até a liquidação.

d) O saldo inclui imposto de renda diferido passivo sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis na aquisição das antigas controladas The Body Shop e Aesop.

e) Saldo apresentado no balanço patrimonial incluindo os efeitos da compensação jurisdicional dos impostos diferidos ativos e passivos de mesma natureza, originários do mesmo contribuinte e autoridade tributária.

A descrição resumida das políticas contábeis de imposto de renda empregadas pela Companhia relacionadas à tributação diferida está apresentada na nota explicativa nº 3. A administração avalia continuamente todas as fontes de receita para permitir que o ativo fiscal diferido não reconhecido seja reconhecido quando for provável que existam fontes de receita suficientes para permitir o seu reconhecimento. Geralmente, o reconhecimento ocorrerá quando houver um histórico de lucros que possa ser sustentado e invocado no futuro e/ou quando fatos/circunstâncias mudarem indicando que um histórico de perdas foi superado devido à eliminação de fatores geradores de prejuízo, mudanças em operações e outros fatores. Da mesma forma, a administração avalia quando o desreconhecimento é apropriado quando as fontes de receita não são suficientes para suportar o reconhecimento contínuo de ativos fiscais diferidos. A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido ativo e passivo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	401.626	-	1.140.234	(961.793)
Efeito no resultado	400.903	-	485.492	12.856
Transferência entre imposto de renda e contribuição social diferido passivo e ativo	130.017	-	130.017	-
Reserva de outorga de opções e ações restritas	7.865	-	2.783	-
Efeito outros resultados abrangentes	271.443	-	269.681	-
Ajuste de conversão	-	-	(56.853)	158.600
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.211.854	-	1.971.354	(790.337)
Efeito no resultado (a)	(932.112)	43.336	(840.162)	5.344
Transferência entre imposto de renda e contribuição social diferido passivo e ativo	-	-	(2.010)	2.010
Reclassificação de contingência para diferido passivo	-	-	(43.336)	(46.760)
Constituição de créditos de tributação em bases universais	20.212	-	20.212	-
Baixa operação descontinuada	-	-	(374.090)	788.977
Reserva de outorga de opções e ações restritas	47.530	-	62.926	-
Efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	658	-	8.536	-
Ajustes de conversão	-	-	34.818	1.151
Saldo em 31 de dezembro de 2023	348.142	-	881.584	(39.615)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldos não registrados de impostos de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais no montante descrito abaixo:

Item	Prescrição Indeterminada		Prescrição Determinada	
	Valor	Indeterminada	Valor	Determinada
Prejuízo fiscal	578.643	489.568	-	89.075
Outros fatos itens dedutíveis	86.027	86.027	-	-
Total	664.670	575.595	-	89.075

11.2. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(664.231)	(155.212)	(132.747)	280.270
(-) Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	225.839	52.772	45.134	(95.292)
Subvenção de investimento (a)	286.285	75.946	383.679	1.449.936
Equivalência patrimonial	74.234	46.015	-	-
Efeito de diferenças de alíquotas de imposto de entidades no exterior	-	-	7.204	(26.581)
Tributação de lucros de controladas no exterior (b)	(24.720)	100.690	(24.719)	100.671
Diferença temporária e prejuízo fiscal sem imposto de renda diferido ativo reconhecido	-	-	(13.825)	(28.780)
Exercício de opções de ações e plano de ações restritas	-	-	-	(14.654)
Benefícios fiscais de juros sobre capital próprio	221.849	-	221.849	-
Doações e contribuições não dedutíveis	-	(17.836)	(20.427)	(29.940)
Reversão de conversão cambial sobre participações societárias alienadas incluídas em operações descontinuadas	-	-	-	-
Impostos retidos na fonte	-	-	(142)	(131)
Outras diferenças permanentes	34.563	21.342	(10.519)	10.457
Recarga (despesa) com imposto de renda e contribuição social	818.050	278.929	588.234	60.686
Imposto de renda e contribuição social - corrente	1.706.826	(121.974)	1.423.052	(437.662)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(888.776)	400.903	(834.818)	498.348
Taxa efetiva - %	(123,16%)	179,71%	443,12%	(21,65%)

Recarga (despesa) com imposto de renda e contribuição social

a) A Companhia possui incentivos fiscais decorrentes de suas operações ordinárias.

b) Refere-se à tributação de forma universal, na qual a Companhia tributa os lucros auferidos de suas controladas localizadas no exterior, conforme determina a legislação tributária (Lei nº 12.973/2014).

11.3. Imposto de renda e contribuição social incluídos nas operações descontinuadas

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, um lucro antes de impostos de R\$ 8.195 milhões foi refletido em operações descontinuadas associadas às antigas controladas Aesop e The Body Shop. O lucro antes de impostos foi gerado pelo ganho líquido resultante da alienação destas unidades de negócios parcialmente compensado com o prejuízo líquido das operações destas unidades de negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a despesa de imposto de renda foi refletida nos resultados de operações descontinuadas no valor de R\$ 2.211 milhões, resultando em uma alíquota tributária efetiva de 27%. A diferença de 7% entre a taxa de imposto efetiva e a taxa de imposto legal de 34% é principalmente atribuída à exclusão do rendimento associado aos efeitos da conversão cambial incluído no balanço, o qual é excluído do lucro tributável.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Processos tributários sem provisão (a)	210.064	169.251	228.331	194.038
Processos tributários provisionados (b)	149.717	128.206	154.077	133.767
Processos cíveis sem provisão	5.139	1.457	5.462	1.777
Processos cíveis provisionados	1.201	658	1.453	813
Processos trabalhistas sem provisão	9.507	2.856	10.018	3.987
Processos trabalhistas provisionados	7.557	805	8.689	1.158
Total de depósitos judiciais	383.182	303.233	408.030	335.540

a) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se, substancialmente, ao ICMS-ST.

b) Os processos tributários relacionados a estes depósitos judiciais referem-se, substancialmente, a somatória dos valores destacados na nota explicativa nº 20 e aos valores provisionados conforme nota explicativa nº 21.

Em novembro de 2023, como parte do projeto de transformação de suas operações na América Latina, a Companhia adquiriu as subsidiárias Avon Cosméticos e Avon Industrial. Em decorrência dessas aquisições, os saldos de depósitos judiciais foram aumentados nos seguintes valores: R\$78.946 em tribuários, R\$3.567 em cíveis e R\$14.646 em trabalhistas.

Destes depósitos judiciais oriundos da aquisição de controladas, os mais significativos envolvem os temas tributários relacionadas as contribuições previdenciárias, imposto de renda retido na fonte, multas por descumprimento de obrigação acessória e ICMS/ICMS-ST.

Segue, abaixo a movimentação do saldo de depósitos judiciais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	291.337	321.960	291.337	321.960
Novos depósitos	17.739	17.877	17.739	17.877
Resgates em favor da Companhia	(3.454)	(3.649)	(3.454)	(3.649)
Atualização monetária	20.677	22.639	20.677	22.639
Aplicação na liquidação de processos	(23.066)	(23.287)	(23.066)	(23.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	303.233	335.540	303.233	335.540
Novos depósitos	7.862	7.997	7.862	7.997
Resgates em favor da Companhia	(15.274)	(27.002)	(15.274)	(27.002)
Atualização monetária	23.047	24.398	23.047	24.398
Aplicação na liquidação de processos	(29.531)	(30.061)	(29.531)	(30.061)
Aquisição de controladas	93.845	97.158	93.845	97.158
Saldo em 31 de dezembro de 2023	383.182	408.030	383.182	408.030

Além de depósitos judiciais, a Companhia possui apólices de seguro garantia e cartas de fiança para alguns processos judiciais.

13. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento para propaganda e marketing	27.800	13.443	35.759	17.825
Adiantamento para fornecedores	31.478	44.716	61.239	148.001
Adiantamento para colaboradores	8.367	4.953	12.159	8.838
Adiantamento e depósito caução de aluguel	-	-	-	150.294
Despesas antecipadas com seguros	8.213	4.739	17.918	9.443
Adiantamento para despachante aduaneiro	-	-	-	-
- Impostos de importação	-	-	37.115	38.398
Crédito de carbono	13.970	14.297	13.970	14.297
Outros	9.618	6.921	44.419	79.245
	99.446	89.069	222.579	466.341
Circulante	95.397	74.246	215.977	327.749
Não circulante	4.049	14.823	6.602	138.592

14. INVESTIMENTOS

	Indústria e Comércio de Cosméticos										Natura & Co Pay Serviços Financeiros e Tecnologia em Pagamentos Eletrônicos /Ltda.		Natura & Co Pay Holding S.A.		Natura & Co Pay SCD		The Body Shop Brasil Franquias Ltda.		The Body Shop Brasil Ind. e Com. Cosméticos Ltda.		Natura Cosméticos Asia Pacific Pte. Ltd. Cingapura		Natura Brazil Pty Ltd (*)		Avon Peru		Avon Cosméticos		Avon Industrial		Natura EUA		Natura França		Total		Natura Cosméticos Ltda. -Espanha		Aesop Brasil	
	Natura Ltda. (*)	Natura Cosméticos S.A. - Chile	Natura Cosméticos S.A. - Peru	Natura Cosméticos S.A. - Argentina	Natura Cosméticos S.A. - México S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. - Colômbia	Natura Cosméticos S.A. - B.V. Holanda (*)	Natura Biosphera Franqueadora Ltda.	Natura Comercial Ltda.	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)	Natura Cosméticos S.A. (*)			
Percentual de participação	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%			
Patrimônio líquido das controladas	1.790.631	166.465	49.495	487.946	750.255	96.515	-	139.520	125.443	271.829	5.454	109.678	3.369	16.293	3.809	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Participação no patrimônio líquido	1.759.062	165.450	49.495	487.897	750.105	96.515	-	139.522	125.440	271.829	5.454	109.568	3.369	16.293	3.810	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício das controladas	101.376	27.001	(14.816)	79.592	215.980	(23.407)	(322.301)	71.803	22.213	12.199	422	2.574	(8.986)	(1.304)	(15.446)	-	(14.403)	(42.561)	133.774	(2.154)	(1.987)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.664.082	338.938	23.934	661.642	495.637	186.673	5.067.890	68.152	103.227	109.630	4.887	6.994	12.355	17.597	4.041	1.227.885	-	-	-</																					

		Consolidado									
Vida útil em anos	2022	Aquisição de controlada (a)	Adições	Baixas	Transferências para venda (b)	Transferências para ativo mantido para venda (b)	Transf. - reênscia	Ajustes de conversão	2023		
Valor de custo:											
Veículos	2 a 5	41.629	1.098	4.731	(947)	-	-	(19.837)	26.674		
Moldes	3	204.177	-	72	(135)	-	-	6.700	211.026		
Ferramentas e acessórios	3 a 20	11.923	98.242	3.347	(13.728)	-	-	3.011	6.102.801		
Instalações	3 a 60	303.610	15.002	896	(312)	-	-	24.266	340.062		
Máquinas e acessórios	3 a 15	1.025.248	479.440	28.970	(45.453)	(62.120)	(15.540)	95.084	1.502.486		
Benefitória em propriedade de terceiros	2 a 20	1.072.654	6.457	45.909	(57.992)	(223.379)	(580.932)	2.426	(16.554)	248.589	
Edifícios	14 a 60	395.499	243.889	2.652	(2)	(28.653)	-	-	1.959	615.344	
Móveis e utensílios	2 a 25	624.887	19.203	54.271	(80.239)	(359.311)	(92.984)	1.943	(25.203)	142.567	
Terrenos	-	34.693	30.205	-	-	(4.934)	-	-	1.017	60.981	
Equipamentos de informática	3 a 15	343.529	53.357	21.221	(83.812)	(66.626)	(51.233)	4.022	(9.401)	211.057	
Projetos em andamento	-	264.703	53.906	108.064	(14.517)	(11.016)	(38.819)	(144.377)	(21.838)	196.106	
Total custo		4.322.552	1.000.799	270.133	(297.137)	(756.039)	(779.508)	(6.925)	(96.182)	3.656.273	
Valor da depreciação:											
Veículos		(8.466)	(2.586)	(4.835)	623	-	-	-	9.404	(5.860)	
Moldes		(179.485)	-	(8.920)	135	-	-	(13)	(117)	(188.400)	
Ferramentas e acessórios		(3.402)	(14.096)	(1.493)	13.639	-	-	(1.260)	34	(6.578)	
Instalações		(197.324)	(2.320)	(13.844)	1.536	-	-	(390)	2.713	(209.629)	
Máquinas e acessórios		(559.094)	(449.103)	(92.063)	38.231	37.722	7.766	(126)	16.556	(1.000.111)	
Benefitória em propriedade de terceiros		(605.194)	(6.110)	(55.812)	54.829	120.073	355.858	-	12.735	(123.621)	
Edifícios		(124.870)	(92.830)	(8.829)	2.192	10.480	-	6	3	(213.848)	
Móveis e utensílios		(382.747)	(15.557)	(7.831)	62.865	248.773	62.215	1.620	17.875	(78.787)	
Equipamentos de informática		(291.517)	(39.669)	(30.127)	81.205	44.521	30.294	14	9.331	(195.948)	
Total depreciação		(2.352.099)	(672.271)	(289.754)	255.255	461.569	456.133	(149)	68.534	(2.022.782)	
Total líquido		1.970.453	378.528	(19.621)	(41.882)	(294.470)	(323.375)	(7.074)	(27.648)	1.634.911	

(a) Refere-se aos ativos oriundos das controladas Avon Peru, Avon Colombia, Avon Cosméticos e Industrial Brasil.
(b) Refere-se a baixa dos ativos das antigas controladas The Body Shop e Aesop, cujas participações societárias foram alienadas em 2023.

		Consolidado									
Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Ajustes de conversão	2022				
Valor de custo:											
Veículos	2 a 5	36.377	1	(2.949)	-	8.371	(171)	-	41.629		
Moldes	3	191.840	-	(2.310)	-	14.976	(329)	-	204.177		
Ferramentas e acessórios	3 a 20	12.918	114	(1.852)	-	740	3	-	11.923		
Instalações	3 a 60	306.436	-	(211)	-	3.403	(6.018)	-	303.610		
Máquinas e acessórios	3 a 15	987.797	9.381	(25.881)	-	65.004	(11.053)	-	1.025.248		
Benefitória em propriedade de terceiros	2 a 20	1.044.609	67.399	(31.510)	(1.665)	92.277	(98.456)	-	1.072.654		
Edifícios	14 a 60	390.621	2.995	-	-	2.119	(236)	-	395.499		
Móveis e utensílios	2 a 25	616.548	71.040	(36.731)	(7.629)	32.123	(50.464)	-	624.887		
Terrenos	-	35.027	-	-	-	65	(399)	-	34.693		
Equipamentos de informática	3 a 15	450.709	23.701	(23.204)	(191)	(76.641)	(30,845)	-	343.529		
Projetos em andamento	-	253.267	231.551	(984)	-	(22.591)	2.460	-	264.703		
Total custo		3.236.149	406.182	(125.632)	(9.485)	(79.154)	(195.508)	(195.508)	4.322.552		
Valor da depreciação:											
Veículos		(14.604)	(2.620)	2.298	-	6.460	(8.466)	-			
Moldes		(174.164)	(7.841)	2.310	-	210	(179,485)	-			
Ferramentas e acessórios		(4.418)	(874)	1.823	-	67	(3,402)	-			
Instalações		(185.371)	(16.342)	192	-	4.197	(197,324)	-			
Máquinas e acessórios		(539.554)	(60.726)	23.984	-	17.202	(559,094)	-			
Benefitória em propriedade de terceiros		(569.394)	(119,437)	30.074	-	5	53,558	-			
Edifícios		(116.719)	(7,592)	-	-	-	(5,59)	-			
Móveis e utensílios		(357,616)	(84,597)	30,022	-	(36)	29,480	-			
Equipamentos de informática		(333,119)	(75,294)	24,130	-	66,959	25,807	-			
Total depreciação		(2.294.959)	(375.323)	114.833	(9.485)	66.928	(2.352.099)	(2.352.099)			
Total líquido		2.031.190	30.859	(10.799)	(9.485)	(12.226)	(59.086)	(59.086)	1.970.453		

16. INTANGÍVEL

		Controladora									
Vida útil em anos	2022	Adições	Baixas	Impairment	Transferências	Ajustes de conversão	2023				
Valor de custo:											
Software	3 a 10	1.451.170	9.146	253.950	(368.888)	14.665	1.360.043	-			
Outros intangíveis e intangíveis em desenvolvimento	2	173.721	-	528	-	(13.062)	161.187	-			
Total custo		1.624.891	9.146	254.478	(368.888)	1.603	1.521.230	1.603			
Valor da amortização:											
Software		(944.463)	-	(218.432)	364.389	390	(798.116)	-			
Outros intangíveis		(808)	-	(1.098)	-	-	(1.906)	-			
Total amortização acumulada		(945.271)	-	(219.530)	364.389	390	(800.022)	390			
Total líquido		679.620	9.146	34.948	(4.499)	1.993	721.208	1.993			

		Controladora									
Vida útil em anos	2021	Adições	Baixas	Transferências	Outras movimentações	2022					
Valor de custo:											
Software	3 a 10	1.170.137	38.840	(107)	242.300	-	1.451.170	-			
Outros intangíveis e intangíveis em desenvolvimento	2 a 10	214.763	196.521	-	(237.563)	-	173.721	-			
Total custo		1.384.900	235.361	(107)	4.737	-	1.624.891	-			
Valor da amortização:											
Software		(767.953)	(173.593)	20	-	(2.937)	(944.463)	-			
Outros intangíveis		(808)	-	-	-	-	(808)	-			
Total amortização acumulada		(767.953)	(174.401)	20	-	(2.937)	(945.271)	-			
Total líquido		616.947	60.960	(80)	4.737	-	679.620	-			

		Consolidado									
Vida útil em anos	2022	Adições	Baixas	Transferência para alienação de controlada (a)	Transferência para ativo mantido para venda (b)	Transf. - reênscia	Ajustes de conversão	2023			
Valor de custo:											
Software	2,5 a 10	2.358.033	297.109	384.603	(584.237)	(469.184)	(96.956)	14.166	(62.091)	1.841.443	
Marcas e patentes (Vida útil definida)	25	146.741	-	-	-	(4.443)	(139.869)	-	(2.429)	-	
Marcas e patentes (Vida útil indefinida)	-	2.421.740	-	-	(2.503.964)	-	-	-	82.224	-	
Goodwill Emeis Brazil Pty Ltd.	-	124.315	-	-	-	(124.315)	-	-	-	-	
Goodwill The Body Shop	-	1.645.527	-	-	(1.701.981)	-	-	-	56.454	-	
Goodwill aquisição de lojas The Body Shop	-	1.456	-	-	(1.456)	-	-	-	-	-	
Goodwill aquisição de Singu	-	-	52.049	-	-	-	-	-	52.049	-	
Relacionamento com clientes varejistas	10	2.583	-	(2.856)	(4.021)	-	(2.255)	-	6.752	203	
Fundo de Comércio (Vida útil indefinida)	-	20.262	-	(14.601)	(5.668)	-	-	-	7	-	
Fundo de Comércio (Vida útil definida)	3 a 18	9.879	-	1.329	(3.519)	(7.330)	-	-	(359)	-	
Relacionamento com franqueados e subfranqueados	15	678.368	-	-	(686.701)	-	-	-	8.333	-	
Outros intangíveis	2 a 10	129.940	-	2.449	(18.995)	(83.397)	(9.797)	(8.115)	(11.479)	606	
Total custo		7.538.844	297.109	440.430	(624.208)	(5.468.145)	(373.192)	6.051	77.412	1.894.301	
Valor da amortização:											
Software		(1.398.082)	(255.341)	(335.613)	548.111	387.808	75.818	403	5.335	(971.561)	
Marcas e patentes		(69.651)	-	-	12.127	55.095	-	-	2.429	-	
Fundo de Comércio		(10.103)	-	-	10.103	-	-	-	-	-	
Relacionamento com clientes varejistas		(2.968)	-	(1.668)	2.719	-	2.255	-	(540)	(202)	
Relacionamento com franqueados e subfranqueados		(242.928)	-	(41.753)	-	-	-	-	4.955	-	
Outros intangíveis e intangíveis em desenvolvimento		(877)	-	(1.362)	16.757	-	9.797	620	(25.542)	(607)	
Total amortização acumulada		(1.724.609)	(255.341)	(380.396)	567.587	689.764	142.965	1.023	(13.363)	(972.370)	
Total líquido		5.814.235	41.768	60.034	(56.621)	(4.778.381)	(230.227)	7.074	64.049	921.931	

(a) Refere-se aos ativos oriundos das controladas Avon Peru, Avon Colombia, Avon Industrial Brasil e Avon Cosméticos.
(b) Refere-se a baixa dos ativos das antigas controladas Aesop e The Body Shop, cujas participações societárias foram alienadas em 2023.

c) As baixas de lojas estão associadas ao plano de transformação da controladora The Body Shop.

		Fluxo contratual pagamentos - consolidados					
Maturidade	Taxa média desconto	2024	2025	2026	2027	2028	Acima de 2029
2023-2024	5,5% a 16,3%	25.982	135.841	-	-	-	-

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS ordinário	218.483	176.405	216.882	180.708
Provisão de ICMS-ST ^(a)	63.722	60.945	63.722	60.945
Tributos sobre faturamento no exterior	-	-	75.127	204.961
Tributos retidos na fonte	30.978	23.902	36.915	30.049
Outros tributos - controladas no exterior	-	-	62.773	72.352
Imposto de renda retido na fonte	-	6.119	-	6.119
INSS e ISS	3.146	1.470	5.603	2.820
Outros	21	3.003	9.089	3.005
Total	316.350	271.844	470.111	560.959
Circulante	258.162	213.656	410.134	502.777
Não circulante	58.188	58.188	59.977	58.188

a) A Companhia possui discussões sobre a ilegalidade de alterações nas legislações estaduais para cobrança de ICMS-ST. Parte do montante não recolhido está sendo discutido judicialmente pela Companhia e em alguns casos, os valores estão depositados em juízo, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, trabalhista, entre outras. A Administração da Companhia acredita, apoiada na opinião de seus assessores legais, e com base nas informações existentes até a data da publicação dessas demonstrações financeiras, que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e demais discussões administrativas e judiciais são suficientes para cobrir eventuais perdas, conforme demonstrado a seguir:

21.1 Contingências com risco de perda avaliado como provável

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas cujo risco de perda avaliado como provável é apresentada abaixo:

	Tributárias		Cíveis		Trabalhistas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	86.596	81.466	58.961	39.085	25.558	22.818	171.115	143.369
Adições	24.190	31.939	9.510	12.717	34.572	28.979	68.272	73.635
Reversões	(6.14)	(23.548)	(3.005)	(1.765)	(16.461)	(13.835)	(20.080)	(39.148)
Pagamentos / utilização de depósito judicial ^(a)	(26.064)	(8.075)	(5.020)	(7.489)	(9.262)	(14.596)	(40.346)	(30.160)
Atualização monetária	9.277	4.814	28.995	16.413	3.707	2.192	41.979	23.419
Aquisição de controlada	39.232	-	36.779	-	55.920	-	131.931	-
Saldo no fim do exercício	132.617	86.596	126.220	58.961	94.034	25.558	352.871	171.115
Não circulante	132.617	86.596	126.220	58.961	94.034	25.558	352.871	171.115

	Tributárias		Cíveis		Trabalhistas		Total	
	2023 ^(a)	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	100.495	93.381	68.203	51.889	41.277	38.564	209.975	183.834
Adições	28.181	33.111	10.780	13.367	54.076	41.632	93.037	88.110
Reversões	(2.940)	(23.606)	(6.635)	(2.001)	(25.314)	(23.205)	(34.889)	(48.812)
Pagamentos / utilização de depósito judicial ^(a)	(9.725)	(8.079)	(5.441)	(10.995)	(12.755)	(18.623)	(47.921)	(37.697)
Atualização monetária	10.281	6.029	29.439	16.477	5.651	4.536	45.371	27.042
Ajuste de conversão	(322)	(341)	(153)	(534)	(1.322)	(1.627)	(1.797)	(2.502)
Aquisição de controladas ^(b)	39.232	-	36.779	-	55.920	-	131.931	-
Outros	5.720	-	2.856	-	4.155	-	12.731	-
Saldo no fim do exercício	150.922	100.495	135.828	68.203	121.688	41.277	408.438	209.975
Circulante	-	-	-	3.666	-	-	-	3.666
Não circulante	150.922	100.495	135.828	64.537	121.688	41.277	408.438	206.309

(a) Os pagamentos tributários referem-se principalmente à conclusão do trâmite administrativo junto ao Estado do Amazonas para a efetiva liquidação das anistias fiscais, por meio da utilização de depósitos judiciais.

(b) Refere-se aos processos judiciais e administrativos oriundos da aquisição das controladas Avon Cosméticos e Avon Industrial.

(c) Em dezembro de 2023, a Companhia procedeu o reconhecimento de provisão para os custos estimados em relação a litígio envolvendo discussão sobre o recolhimento de Diferencial de Alíquota ("DIFAL") do ICMS junto a diversos estados no Brasil, no montante de R\$2.472. O reconhecimento da provisão ocorre como resultado de decisão desfavorável ao contribuinte em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), levando à alteração no prognóstico de perda para provável.

21.1.1 Tributárias

As contingências tributárias classificadas como perda provável envolvem principalmente discussões sobre a legalidade de alterações nas legislações estaduais para cobrança de ICMS. Parte do montante não recolhido está sendo discutido judicialmente, e em alguns casos, os valores estão depositados em juízo, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. O valor provisionado também inclui honorários advocatícios para o patrocínio de processos tributários, quando aplicável.

21.1.2 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas são partes em ações e processos de natureza cível, comerciais e outras, principalmente relacionados a pedidos de indenização.

A Companhia é parte em discussão judicial requerendo o pagamento de valor adicional ("earn-out"), em razão da aquisição do controle acionário da Flora Medicinal, e o pagamento de multa contratual de 10% do valor total da transação. Embora a Companhia avalie que não tenha incorrido em qualquer descumprimento, a ação foi julgada procedente em segunda instância. Durante o exercício de 2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo inadmitiu o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça. Contra essa decisão, a Companhia interps agravo em recurso especial, sendo que no trimestre findo em 30 de junho de 2023, o Tribunal de Justiça de São Paulo não exerceu juízo de retratação com relação ao agravo em recurso especial interposto pela Companhia, determinando sua remessa ao STJ. Como resultado dessa decisão e embasada pela reavaliação da exposição indicada pelo consultor externo, a Companhia reconheceu, no segundo trimestre de 2023, o incremento de provisão para contingência de natureza cível no montante de R\$22.426.

21.1.3 Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e prestadores de serviços, principalmente relacionadas ao pagamento de verbas rescisórias, horas extras, adicionais salariais e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária e discussão acerca do reconhecimento de eventual vínculo empregatício. Nenhum destes processos é isoladamente relevante.

21.1.4 Aquisição de controladas - Avon Cosméticos e Avon Industrial

Em novembro de 2023, como parte do projeto de transformação de suas operações na América Latina, a Companhia adquiriu as subsidiárias Avon Cosméticos e Avon Industrial. Em decorrência dessas aquisições, as provisões para contingências, onde o risco de perda é avaliado como provável, foram aumentadas nos seguintes valores: R\$39.232 em tributárias, R\$36.779 em cíveis e R\$55.920 em trabalhistas.

Destas causas oriundas da aquisição de controladas, as mais significativas envolvem os temas tributários relacionados às contribuições previdenciárias (terço constitucional de férias) e ICMS/ICMS-ST, cíveis relacionados principalmente a pedidos de indenização e trabalhistas relacionados a reclamações movidas por ex-colaboradores e prestadores de serviços.

21.2 Passivos contingentes cuja probabilidade de perda é avaliada como possível

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do IRPJ e da CSLL, cuja análise atual de prognóstico, com base na avaliação da Administração, é de que serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância, em linha com as disposições do ICPCC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. A Companhia também tem ações de natureza principalmente tributária, relacionadas a outros tributos, que envolvem riscos de perda possível, para os quais não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada, conforme composição e estimativas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tributários	7.219.361	3.852.712	10.187.324	5.333.819
Cíveis	81.291	47.308	92.495	56.461
Trabalhistas	136.775	25.539	153.516	40.803
Total de passivos contingentes	7.437.427	3.925.559	10.433.335	5.431.083

21.2.1 Aquisição de controladas - Avon Cosméticos e Avon Industrial

Como resultado da aquisição das controladas Avon Cosméticos e Avon Industrial pela Companhia, ocorridas em novembro de 2023, houve um aumento na exposição das contingências com risco de perda avaliado como possível nos montantes de R\$3.129.625 em tributários, R\$31.928 em cíveis e R\$103.506 trabalhistas. Destas causas oriundas das aquisições, as mais significativas cuja probabilidade de perda é avaliada como possível envolvem os temas tributários descritos na seção abaixo.

21.2.2 Tributárias

Apresentam-se abaixo as contingências classificadas com probabilidade de perda possível mais relevantes referentes às seguintes matérias:

- a) Ações judiciais que se discute a equiparação a industrial prevista no Decreto nº 8.399/2015, que passou a exigir o IPI nas operações de saída realizadas por estabelecimentos atacatistas interdependentes dos produtos mencionados no referido dispositivo legal. Em 31 de dezembro de 2023, o valor em discussão é de R\$2.456.695 e contempla o montante de R\$1.722.171 oriundo de aquisição de controladas (R\$666.800 em 31 de dezembro de 2022).
- b) Processos administrativos e judiciais que se discute a legalidade de alterações nas legislações estaduais para cobrança de ICMS e ICMS-ST. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total em discussão é de R\$ 1.640.391 e contempla o montante de R\$882.439 oriundo de aquisição de controladas (R\$598.378 em 31 de dezembro de 2022).
- c) Autos de infração em que a Secretaria da Receita Federal do Brasil exige débitos tributários de IRPJ e de CSLL, para questionar a dedutibilidade fiscal da amortização de ágio gerado no contexto de uma reorganização societária entre partes relacionadas. Atualmente, discute-se no judiciário a legalidade das decisões administrativas que rejeitaram os embargos de declaração, apresentados para questionar os recursos especiais indeferidos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total em discussão classificado como perda possível é de R\$1.598.213 (R\$1.509.890 em 31 de dezembro de 2022).
- d) Auto de infração em que a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo exige a cobrança de ICMS-ST, que foi integralmente recolhido pelo destinatário das mercadorias, o estabelecimento distribuidor. Aguarda-se o julgamento do processo na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total em discussão classificado como perda possível é de R\$682.263 (R\$633.671 em 31 de dezembro de 2022).
- e) Autos de infração em que a Secretaria da Receita Federal do Brasil exige débitos tributários de IPI por discordar da classificação fiscal adotada para alguns produtos. Aguarda-se o julgamento dos processos na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2023, o valor total em discussão é de R\$2.199.853 e contempla o montante de R\$19.803 oriundo de aquisição de controladas e o montante de R\$1.245.348 referente ao recebimento de três novos autos de infração referentes a classificação fiscal de alguns produtos (R\$719.920 em 31 de dezembro de 2022).

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Planos de assistência médica pós-emprego ^(a)	161.796	97.140	209.288	129.697
Receita diferida de obrigações de desempenho com clientes ^(b)	26.667	17.968	31.089	93.761
Provisão para despesas operacionais ^(c)	256.841	149.805	327.875	367.172
Provisão para reforma de lojas	-	-	-	116.137
Crer Para Ver ^(d)	38.725	72.608	47.571	87.420
Provisões de alugueis	-	-	-	16.680
Crédito de carbono	14.714	29.695	14.714	29.695
Seguros a pagar	4.084	2.800	11.515	5.716
Outros passivos	10.884	10.259	34.264	61.075
Total	513.711	380.275	676.316	907.353
Circulante	302.932	237.717	412.181	621.767
Não circulante	210.779	142.558	264.135	285.586

a) Refere-se a planos de assistência médica pós-emprego conforme detalhados a seguir:

b) Refere-se ao diferimento da receita de obrigações de performance relacionadas a programas de fidelidade com base em pontos, venda de cartões-presente ainda não convertidos em produtos e programas e eventos para homogeneizar consultores de venda direta.

c) Refere-se a provisões operacionais da Companhia decorrente principalmente de gastos com prestação de serviço de tecnologia, marketing e publicidade.

d) Contribuição do programa social para o desenvolvimento da qualidade da educação.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta tributável:	12.611.674	10.229.083	18.313.070	15.905.040
Venda direta	-	-	527.639	412.774
Varejo	665.188	603.521	879.593	957.970
Online	58.821	36.967	256.016	249.698
Outras vendas	13.335.683	10.869.571	19.976.318	17.525.482
Subtotal	13.335.683	10.869.571	19.976.318	17.525.482
Devoluções e cancelamentos	(122.211)	(71.765)	(214.115)	(197.345)
Descontos comerciais e rebates	(2.525)	-	(11.610)	(29)
Impostos incidentes sobre as vendas	(2.999.249)	(2.447.170)	(4.822.361)	(4.264.489)
Subtotal	(3.123.985)	(2.518.935)	(5.048.086)	(4.461.863)
Total	10.211.698	8.350.636	14.928.232	13.063.619

25. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Classificadas por função	4.043.970	3.283.464	5.037.744	4.529.151
Custo dos produtos vendidos	3.109.596	2.388.926	3.658.082	4.735.023
Despesas com vendas, marketing e logística	-	-	-	-
Despesas administrativas, P&D, TI e projetos	1.664.248	1.539.408	1.762.584	1.741.272
Total	8.817.814	7.211.798	12.458.410	11.005.446
Classificadas por natureza	4.043.970	3.283.464	5.037.744	4.529.151
Custo dos produtos vendidos	4.043.970	3.283.464	4.322.021	3.869.194
Materia-prima/material de embalagem/venda	-	-	-	-
Custos com pessoal (nota explicativa nº 26)	-	-	259.232	251.174
Depreciação e amortização	-	-	61.997	59.586
Outros	-	-	394.494	349.197
Despesas com vendas, marketing e logística	3.109.596	2.388.926	5.658.082	4.735.023
Gastos logísticos	513.736	534.504	675.160	803.979
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	629.577	252.915	1.274.414	749.008
Marketing, força de vendas e demais despesas com vendas	1.888.564	1.526.711	3.551.604	2.985.085
Depreciação e amortização	77.719	74.796	156.904	156.681
Impairment	-	-	-	40.270
Despesas administrativas, P&D, TI e projetos	1.664.248	1.539.408	1.762.584	1.741.272
Gastos em inovação	77.229	97.390	82.119	102.575
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	706.372	799.797	1.075.974	1.114.937
Demais despesas administrativas	608.855	422.022	263.442	237.047
Depreciação e amortização	271.792	220.199	341.049	286.713
Total	8.817.814	7.211.798	12.458.410	11.005.446

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários, participação nos resultados e bonificações	881.660	693.525	1.758.910	1.427.746
Plano de previdência complementar	10.591	5.016	23.587	17.194
Pagamentos baseados em ações	48.939	19.083	53.918	21.013
Encargos sobre ações restritas	4.198	-	4.320	-
Assistência médica, alimentação e outros benefícios	142.910	136.416	321.594	282.473
Encargos, impostos e contribuições sociais	76.728	56.100	213.836	167.409
INSS	170.924	142.572	233.455	199.284
Total	1.335.950	1.052.712	2.609.620	2.115.119

26.1 Pagamentos baseados em ações

A Natura &Co, controladora da Companhia, oferece incentivos de longo prazo para executivos e colaboradores responsáveis pela implementação de sua estratégia de longo prazo.

Visão geral dos planos de outorga

As ações em aberto em 31 de dezembro de 2023 referem-se a vários planos baseados em ações, cujos termos estão resumidos nas tabelas abaixo.

Em 2023 foram outorgadas ações restritas e ações de desempenho de acordo com o "Plano de Co-investimento" e "Plano de Incentivo de Longo Prazo".

No "Plano de Co-investimento", os colaboradores elegíveis podem investir parte da remuneração do Programa de Participação nos Lucros na compra de ações da Natura &Co. A Natura &Co concede então ações ("Ações Equivalentes") para igualar as ações adquiridas na proporção de 1:1. As ações equivalentes são concedidas em três parcelas iguais ao longo de três anos, sujeitos a permanência na Companhia.</

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo circulante:				
Indústria e Comércio de Cosméticos				
Natura Ltda. ⁽⁶⁾	1.102.950	431.705	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Chile ⁽⁶⁾	-	130.952	-	-
Natura &Co Holding S.A. ⁽⁶⁾	-	-	25.889	-
Natura &Co International S.A. - Luxemburgo ⁽⁶⁾	-	-	20.970	6.868
Natura Biosphera Franqueadora Ltda. ⁽⁶⁾	-	(91)	-	-
Avon - Reino Unido ⁽⁶⁾	-	-	38.051	96.999
Cosméticos Avon S.A.C.I. - Argentina ⁽⁶⁾	-	-	-	13.476
Avon Cosmetics Manufacturing ⁽⁶⁾	-	-	-	16.449
Cosméticos Avon S.A.C.I. ⁽⁶⁾	-	-	2.030	10.394
Avon - Equador ⁽⁶⁾	-	-	67	22
Avon - Polônia ⁽⁶⁾	-	-	8	-
Total do passivo circulante	1.102.950	562.848	116.940	114.283
Fornecedores - partes relacionadas	1.102.950	562.848	116.940	114.283

- a) Refere-se a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.
b) Refere-se ao rateio de despesas entre as empresas do grupo.
c) Refere-se substancialmente a empréstimos entre as empresas do grupo.
d) Valores a valores relativos à compra e venda de produtos.
e) Refere-se a mútuos com coligadas.
f) Refere-se a valores recebidos pela Natura &Co Pay Financeira a serem repassados a Companhia.
g) Refere-se a valores relativos à operação de venda da Aesop.

	Controladora		Consolidado	
	Venda de produtos	Compra de produtos	2023	2022
Aesop Brasil Comércio de Cosméticos Ltda.	3.865	4.215	-	-
Natura Comercial Ltda.	14.575	7.641	-	-
The Body Shop - Brasil	8.039	10.244	-	-
Avon Cosméticos Ltda.	16.738	460.808	-	-
Avon Industrial Ltda.	-	91.714	-	-
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	13.035	5.990	4.866.323	3.844.732
Total da venda ou compra de produtos	56.252	28.090	5.418.845	3.844.732

30.2 Empréstimos concedidos ou obtidos junto a partes relacionadas

30.2.1 Natura Distribuidora de México e Avon Cosméticos Manufacturing
Em outubro de 2022, a controlada Natura Distribuidora de México celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a coligada Avon Cosméticos Manufacturing com objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com o limite de 500.000 pesos mexicanos (equivalentes a aproximadamente R\$148.050 em 31 de dezembro de 2023), foram totalmente disponibilizados.
Em maio de 2023, a controlada Natura Distribuidora de México celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a coligada Avon Cosméticos Manufacturing, com objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com o limite de 160.000 pesos mexicanos (equivalentes a aproximadamente R\$43.948 em 31 de dezembro de 2023), sendo 140.000 pesos mexicanos já disponibilizados. Em agosto de 2023, a controlada Natura Distribuidora de México celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a coligada Avon Cosméticos Manufacturing, com objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com o limite de 323.000 pesos mexicanos (equivalentes a aproximadamente R\$ 97.899 em 31 de dezembro de 2023), foram totalmente disponibilizados.
Em outubro de 2023, a controlada Natura Distribuidora de México celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a coligada Avon Cosméticos Manufacturing, com objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com o limite de 242.000 pesos mexicanos (equivalentes a aproximadamente R\$ 70.478 em 31 de dezembro de 2023), foram totalmente disponibilizados.
Os empréstimos são remunerados entre juros anual de 3,5% e 4,5% ao ano + TIE 28d (taxa interbancária) e serão pagos 500.000 pesos mexicanos em outubro de 2023; 323.000 pesos mexicanos em fevereiro de 2024; 140.000 pesos mexicanos em abril de 2024, e 240.000 pesos mexicanos em outubro de 2024.

30.2.2 Natura Distribuidora de México e Natura &Co Luxembourg Holdings S.à rl

Em junho de 2023, a controlada Natura Distribuidora de México celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a controladora Natura &Co Luxembourg Holdings S.à rl, com objetivo de prover fluxo de caixa, com o limite de 20.000 dólares americanos (equivalentes a aproximadamente R\$ 100.152 em 31 de dezembro de 2023), dos quais totalmente disponibilizados. Os empréstimos foram remunerados entre juros anual de SOFR + 3.00% ao ano e pagos em setembro de 2023.

30.2.3 Natura Distribuidora de México e Avon Guatemala
Em agosto de 2023, a controlada Natura Distribuidora de México celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para coligada Avon Guatemala (entidade sob controle comum da Natura &Co Holding S.A.), com objetivo de prover fluxo de caixa, com o limite de 1.500 dólares americanos (equivalentes a aproximadamente R\$ 7.489 em 31 de dezembro de 2023), dos quais foram totalmente disponibilizados. O empréstimo será remunerado entre juros anual de SOFR + 3.00% ao ano e será pago em janeiro de 2024.

30.2.4 Natura Cosméticos S.A (Brasil) e Avon Cosméticos Ltda. (Brasil)
Em janeiro de 2023, a Companhia celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a coligada Avon Cosméticos Ltda. (entidade sob controle comum da Natura &Co Holding S.A.) no montante de R\$ 650.000, dos quais já foram disponibilizados R\$550.000. O empréstimo será remunerado em CDI + 1,55% a.a. e tem o objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com vencimento em janeiro de 2024. No reconhecimento inicial, o valor justo do ativo financeiro oriundo do financiamento foi estimado considerando o valor presente dos futuros recebimentos descontados por uma taxa de juros corrente de mercado para um instrumento semelhante, sendo o efeito do desconto reconhecido em conta de patrimônio líquido como uma transação de capital em operação com acionistas (controlador comum). Com a incorporação da Avon Cosméticos Ltda. pela Natura Cosméticos S.A. em 01 de novembro de 2023, os saldos destes empréstimos foram compensados.

30.2.5 Natura Cosméticos S.A (Brasil) e Natura &Co Holding S.A. (Brasil)
Em abril de 2023, a Companhia celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a sua controladora Natura &Co Holding S.A. no montante de R\$50.000, dos quais já foram totalmente disponibilizados. O empréstimo será remunerado em CDI + 1,55% a.a. e tem o objetivo de prover fluxo de caixa à controladora, com vencimentos R\$15.000 em outubro de 2023, R\$10.000 em dezembro de 2023, R\$10.000 em janeiro de 2024 e R\$5.000 em março de 2024. No reconhecimento inicial, o valor justo do ativo financeiro oriundo do financiamento foi estimado considerando o valor presente dos futuros recebimentos descontados por uma taxa de juros corrente de mercado para

um instrumento semelhante, sendo o efeito do desconto reconhecido em conta de patrimônio líquido como uma transação de capital em operação com acionistas (controlador comum).

30.2.6 Natura Cosméticos Ltda (Colômbia) e Avon Cosméticos Colômbia.

Em junho de 2023, a controlada Natura Cosméticos da Colômbia celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a sua controlada Avon Cosméticos Colômbia, com objetivo de prover fluxo de caixa, com o limite de 40 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a aproximadamente R\$52.581 em 31 de dezembro de 2023), dos quais 37 bilhões de pesos colombianos já foram disponibilizados. Os empréstimos são remunerados a juros anual de 1% ao ano com vencimento em 7 bilhões de pesos colombianos em dezembro de 2023, 10 bilhões de pesos colombianos em fevereiro de 2024 e 20 bilhões de pesos colombianos em março de 2024.

Em outubro de 2023, a controlada Natura Cosméticos da Colômbia celebrou contrato de empréstimos cedendo recursos para a sua controlada Avon Cosméticos Colômbia, com objetivo de prover fluxo de caixa, com o limite de 29 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a aproximadamente R\$36.834 em 31 de dezembro de 2023), dos quais 28,5 bilhões de pesos colombianos já foram disponibilizados. Os empréstimos são remunerados a juros anual de 1% ao ano com vencimento em 7 bilhões de pesos colombianos em dezembro de 2023, 10 bilhões de pesos colombianos em fevereiro de 2024, 20 bilhões de pesos colombianos em março de 2024, e 28,5 bilhões de pesos colombianos em outubro de 2024.

30.2.7 Natura Cosméticos Chile S.A e Avon Cosméticos Chile.
Em setembro de 2023, a controlada Natura Cosméticos Chile celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a Companhia Avon Cosméticos Chile (entidade sob controle comum da Natura &Co Holding S.A.) no montante de 17.100.000 pesos chilenos (equivalentes a aproximadamente R\$ 95.431 em 31 de dezembro de 2023), dos quais foram disponibilizados 16.808.750 pesos chilenos. Sobre o empréstimo concedido incidem 12,5% juros contratuais e tem o objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com vencimentos de 4.758.750 de pesos chilenos em novembro de 2023, 4.200.000 de pesos chilenos em fevereiro de 2024 e 7.050.000 de pesos chilenos em março de 2024.

30.2.8 Natura Cosméticos Chile S.A e Natura Cosméticos S.A.Argentina.
Em agosto de 2023, a controlada Natura Cosméticos Chile celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a Companhia Natura Cosméticos S.A. Argentina (entidade sob controle comum de sua controladora Natura Cosméticos S.A. (Brasil)) no montante de US\$ 1.300 dólares americanos (equivalentes a aproximadamente R\$ 6.510 em 31 de dezembro de 2023), dos quais US\$ 1.215 já foram disponibilizados. Sobre o empréstimo concedido incidem 11,25% juros contratuais e tem o objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com vencimento de US\$ 570 em dezembro de 2023 e US\$ 645 em fevereiro de 2024. O saldo deste empréstimo foi quitado em dezembro de 2023.

30.2.9 Natura Cosméticos S.A.Argentina e Avon Argentina.
Em junho de 2023, a controlada Natura Cosméticos S.A. Argentina celebrou contrato de empréstimo tendo como beneficiário a Avon Argentina (entidade sob controle comum da Natura &Co Holding S.A.) no montante de 5.200.000 pesos argentinos (equivalentes a aproximadamente R\$ 39.398 em 31 de dezembro de 2023), dos quais já foram totalmente disponibilizados. Sobre o empréstimo concedido incidem 11,1% juros contratuais e tem o objetivo de prover fluxo de caixa à coligada, com vencimento de 1.200.000 pesos argentinos em dezembro de 2023 (já quitado) e 4.000.000 pesos argentino em março de 2024.

30.3 Transações com partes relacionadas não consolidadas

O Instituto Natura é um dos cotistas do Fundo de Investimento Essencial e, em 31 de dezembro de 2023, seu saldo correspondeu a R\$6.994 (R\$6.805 em 31 de dezembro de 2022).

No exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas repassaram para o Instituto Natura a título de doação associada ao resultado líquido das vendas da linha de produtos Natura Crer Para Ver o montante de R\$49.800 (R\$55.000 em 31 de dezembro de 2022). Em 5 de junho de 2012, foi firmado um contrato entre a Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e a Bres Itupeva Empreendimentos Imobiliários Ltda., (“Bres Itupeva”), para a construção e locação de um centro de beneficiamento, armazenamento e distribuição de mercadorias (HUB), na cidade de Itupeva/SP. Em 2019, a Bres Itupeva cedeu seus créditos para a BRC Segmentadora S/A para que a Companhia efetua mensalmente os pagamentos. Os Srs. Antônio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos, integrantes do bloco de controle da Natura &Co Holding S.A detém, indiretamente, o controle da Bres Itupeva. O valor envolvido na operação estava registrado sob a rubrica “Direito de Uso” de Edifícios, o saldo no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$52.742 (R\$63.665 na rubrica “Edifícios” de Imobilizado, em 31 de dezembro de 2022) e no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023 o valor pago a título de aluguel foi de R\$16.549 (R\$15.680, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Em 8 de janeiro de 2021 foi celebrada a transação entre partes relacionadas entre a Companhia, na qualidade de locatária e proprietária, a Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. e a Natura &Co Holding S.A., na qualidade deadoras e uma sociedade de propósito específico (Bresco IX) detida indiretamente pelos Srs. Antônio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos, (Co-Presidentes do Conselho de Administração da Companhia e acionistas integrantes do bloco de controle da Natura &Co Holding S.A., controladora da Companhia), na qualidade de locadora e superficiária. Referida transação foi celebrada com o intuito de ampliar a rede de distribuição da Companhia e aumentar sua eficiência logística mediante a instalação de um novo centro de distribuição no Estado de Alagoas. O valor envolvido na operação está registrado sob a rubrica “Direito de Uso” de “Edifícios” no montante de R\$47.445 e no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, o valor total pago a título de aluguel foi de R\$8.786 (R\$6.201 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). Em 12 de maio de 2021 foi celebrada a transação entre a Companhia, na qualidade de locatária, e a Bresco Logística Fundo de Investimento Imobiliário, na qualidade de locadora, detida indiretamente pelos Srs. Antônio Luiz da Cunha Seabra, Guilherme Peirão Leal e Pedro Luiz Barreiros Passos. (Copresidentes do Conselho de Administração da Natura &Co Holding S.A. e acionistas integrantes do bloco de controle da Natura &Co Holding S.A). Referida transação foi celebrada com o intuito de manter as atividades de centro de distribuição da Companhia na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul. O valor envolvido na operação está registrado sob a rubrica “Direito de Uso” de “Edifícios” no montante de R\$3.634 e no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, o valor total pago a título de aluguel foi de R\$2.285 (R\$2.152 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia possui política para transações com partes relacionadas, além de uma estrutura de controles internos para apoiar na identificação, acompanhamento e aprovações das transações entre as partes relacionadas.

30.4 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração da Companhia está assim composta:

	2023		2022	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Total	36.413	103.326	139.739	39.977
				78.038

Diretoria executiva
Os totais na tabela acima incluem os encargos previdenciários do empregador. Os valores incluem aumentos e/ou reversões da despesa acumulada reconhecida nos anos anteriores devido a reavaliações do número de prêmios esperados para aquisição e reavaliação dos encargos previdenciários do empregador que devem ser pagos na aquisição.

31. COMPROMISSOS

No curso normal de seus negócios a Companhia celebra contratos de longo prazo para fornecimento de serviços de manufatura, transporte, tecnologia da informação e energia elétrica (com efetiva entrega física, para suprimento de suas atividades de manufatura). Os contratos preveem cláusulas de rescisão por descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido por competência. Os pagamentos totais mínimos associados a compromissos, mensurados a valor nominal, são:

	2023	2022
Até um ano	11.689	11.829
De um a cinco anos	18.033	30.652
Total	29.722	42.481

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adotou uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada	
		2023	2022
Complexo industrial e sites administrativos	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques e máquinas e equipamentos	3.000.000	3.098.673
Veículos	Incêndio, roubo e colisão nos veículos segurados pela Companhia	700	195.434
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	-	2.056.000
Transportes	Danos em mercadorias em trânsito. Proteção por erro ou reclamações no exercício da atividade profissional que afete terceiros	32.915	45.131
Responsabilidade civil	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental	271.875	1.329.240
Responsabilidade ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental	30.000	30.000

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Itens não caixa				
Hedge accounting, líquido				
dos efeitos tributários	(503.711)	526.920	(494.022)	523.610
Efeito líquido das adições ao ativo imobilizado/intangível				
ainda não pagos	59.900	(25.593)	95.298	28.337

34. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

34.1. Venda da antiga controlada Aesop
Em 30 de agosto de 2023, a Companhia concluiu a venda da antiga controlada Aesop à LOreal pela contraprestação total de R\$12.396.226, após obtenção de todas as aprovações regulatórias pertinentes. O ganho total auferido na baixa dos ativos e passivos da controlada e reconhecidos como resultado das operações descontinuadas líquido de imposto de renda e contribuição social foi de R\$7.377.768, os quais incluem a reclassificação de ganhos de conversão de balanço acumulados e reconhecidos em outros resultados abrangentes no montante de R\$115.168. Além do ganho auferido com a liquidação dos ativos e passivos, certos custos envolvendo consultores legais e despesas bancárias incrementais à transação foram também incorridos e classificados como parte das operações descontinuadas.

34.2. Venda da antiga controlada The Body Shop
Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu a venda da antiga controlada The Body Shop à Aurelius Investment Advisory Limited. A contraprestação acordada inclui o pagamento de duas parcelas fixas, uma na conclusão e outra em 2028 no valor total não descontado de £80.000, além de duas parcelas variáveis (contraprestações contingentes) a serem pagas em 2025 e 2026 cuja liquidação se dará a depender da performance subsequente da operação vendida (cuja mensuração pode variar até o limite de £90.000, não descontados).

Com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas indicações de que as métricas para recebimento da contraprestação variável não seriam atingidas. A perda total auferida na baixa dos ativos e passivos da controlada e reconhecidos como resultado das operações descontinuadas líquido de imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 1.081.340, os quais incluem a reclassificação de ganhos de conversão de balanço acumulados, reconhecidos em outros resultados abrangentes no montante de R\$1.622.436 e a perda por redução ao valor recuperável quando da reclassificação das respectivas operações para ativos mantidos para venda, no montante de R\$4.007.744. O sumário com a determinação da perda por redução ao valor recuperável e as subsequentes movimentações no valor justo estão apresentados abaixo:

	2023	2022
Valor justo da controlada The Body Shop ⁽⁶⁾	826.560	826.560
Custos de transação incrementais à venda	(64.288)	(64.288)
Valor justo deduzido dos custos de venda	762.272	762.272
Ativos líquidos da anteriormente controlada The Body Shop	(4.770.016)	(4.770.016)
Redução ao valor recuperável	(4.007.744)	(4.007.744)
Saldo após reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável	762.272	762.272
Movimentações de saldo após reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável	91.824	91.824
Saldo na data da baixa	854.096	854.096

(a) Reflete a melhor estimativa do valor justo das operações quando a venda foi avaliada como altamente provável pela Administração, em 31 de outubro de 2023. Tais estimativas refletem a contraprestação acordada com o comprador, apresentada na tabela abaixo refletindo a taxa de conversão de libras esterlinas para real brasileiro naquela data.

Além da perda auferido com a liquidação dos ativos e passivos, certos custos envolvendo consultores legais e despesas bancárias incrementais à transação foram também incorridos e classificados como parte das operações descontinuadas.

34.3. Abertura dos montantes de operação descontinuada

A abertura dos resultados apresentados em operações descontinuadas na demonstração do resultado do exercício é apresentada abaixo:

	2023	2022
Contraprestação recebida pela venda da anteriormente controlada Aesop	12.396.231	-
Ativos líquidos da anteriormente controlada Aesop, desreconhecidos	(1.140.751)	-
Ganhos de conversão acumulados em outros resultados abrangentes	115.168	-
Custos de transação incrementais à venda	(266.839)	-
Imposto de renda e contribuição social	(3.736.138)	-
Ganho líquido na venda da anteriormente controlada Aesop	7.367.671	-

	2023	2022
Valor justo da contraprestação a receber pela venda da anteriormente controlada The Body Shop	-	-
Parcela fixa recebível à vista	22.915	-
Parcela fixa recebível em 2028	320.153	-
Contraprestação contingente	486.429	-
Valor justo total da contraprestação	829.497	-
Redução ao valor recuperável na reclassificação para ativo mantido para venda	(4.007.744)	-
Ativos mantidos para venda inicialmente reconhecidos, desreconhecidos	(762.272)	-
Ajustes ao valor justo de ativo mantido para venda	(91.824)	-
Ganhos de conversão acumulados em outros resultados abrangentes	1.622.436	-
Custos de transação incrementais à venda	(64.490)	-
Imposto de renda e contribuição social	1.392.855	-
Perda líquida na venda da anteriormente controlada The Body Shop	(1.081.542)	-
Ganho líquido na venda de controladas	6.286.129	-
Prejuízo antes dos impostos das demais operações descontinuadas	(434.409)	(190.025)
Imposto de renda e contribuição social	132.741	(27.211)
Resultado líquido das operações descontinuadas	(301.668)	(217.236)
Total das operações descontinuadas	5.984.461	(217.236)

Os resultados das operações descontinuadas, as quais incluem as operações das antigas controladas Aesop e The Body Shop para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentados abaixo:

	2023	2022
Receita líquida	5.360.447	7.125.967
Custo dos produtos vendidos	(1.102.555)	(1.384.258)
Lucro bruto	4.257.892	5.741.709
(Despesas) Receitas Operacionais	-	-
Despesas com Vendas, Marketing e Logística	(3.019.685)	(3.996.851)
Despesas Administrativas, P&D, TI e Projetos	(1.364.890)	(1.687.907)
Outras despesas operacionais, líquidas	(184.341)	(131.096)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(311.024)	(74.145)
Resultado Financeiro	(123.337)	(115.880)
Prejuízo antes dos impostos	(434.362)	(190.025)
Imposto de renda e contribuição social	132.741	(27.211)
Prejuízo do exercício	(301.621)	(217.236)

Os fluxos de caixa consolidados líquidos incorridos pelas operações descontinuadas estão apresentados abaixo:

	2023	2022
Atividades operacionais	(6.111.493)	791.120
Atividades de investimento	8.553.427	(336.953)
Atividades de financiamento	(584.118)	(1.123.031)
Caixa líquido gerado (consumido)	1.857.816	(668.864)

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1 Anúncio de entrada da antiga controlada The Body Shop em recuperação judicial no Reino Unido

Durante o mês de janeiro de 2024, veio a público a informação que sob a condução de seus novos controladores, a antiga controlada The Body Shop solicitou recuperação judicial no Reino Unido, abrangando no pedido as operações comerciais